

revista

ab

areia e brita



MANAUS: CRESCIMENTO NA DEMANDA POR AGREGADOS

CAMPINAS RECEBE ESPECIALISTAS EM MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE

RESOLUÇÃO REGULAMENTA TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS



SUSTENTABILIDADE de ponta a ponta!

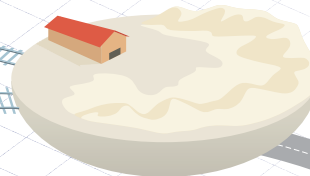
PRODUZIMOS QUALIDADE

Na mineração é feita a extração da areia com alta qualidade, obedecendo aos mais rigorosos requisitos das normas ambientais



TRANSPORTAMOS EFICIÊNCIA

Com a logística ferroviária e terminais estrategicamente localizados atendemos aos principais centros consumidores



RECICLAMOS RESÍDUOS PARA GERAR SOLUÇÕES

Com a reciclagem dos resíduos de construção produzimos agregados reciclados que podem voltar à cadeia da construção civil e assim, economizamos tempo, energia e natureza.



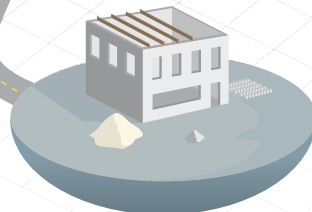
O CLIENTE É NOSSO FOCO

Sempre com foco na satisfação das necessidades e expectativas do cliente, oferecemos produtos de qualidade, eficiente sistema logístico e equipe de venda altamente capacitada para atendimento de pequenas e grandes obras



SOLUÇÃO PARA OS RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO

Através da AB Ambiental oferecemos aos nossos clientes o mais completo sistema de gestão de Resíduos de Construção e Demolição, com transporte, transbordo, triagem e reciclagem



O CAMINHO MAIS EFICIENTE PARA SUA OBRA,
E O DESTINO MAIS SEGURO PARA OS RESÍDUOS.

NOVO CÓDIGO DE MINERAÇÃO: A QUEM REALMENTE INTERESSA?

Notícia divulgada dá conta que o ex-líder do governo, senador Romero Jucá, pediu ao Governo Federal que apresentasse, com urgência, o projeto do novo Código de Mineração. Na ocasião, o senador Jucá disse: “É fundamental que as riquezas extraídas do subsolo possam remunerar melhor a União, os estados, os municípios e que também possa ser redimensionada a utilização do minério, no sentido de não ter reservas estratégicas que ficam anos sem exploração, devido a interesses de setores em congelar a exploração mineral em determinadas áreas.”

Observa-se que, numa única frase, o senador entende que a mineração não remunera bem a União, estados e municípios e que o setor mineral não explora reservas estratégicas por interesses contrários ao país. Com essa frase mostrou um entendimento equivocado sobre o que realmente significa a mineração brasileira.

O senador não deve desconhecer a contribuição inestimável que a mineração brasileira vem dando para a economia e as finanças brasileiras, pois isso vem sendo demonstrado mês a mês, nos últimos anos, na contribuição decisiva para o saldo positivo na balança comercial brasileira e está sempre sendo realçado pela imprensa.

O que o senador não levou em conta é que a mineração não é só exportação de minérios – ou só exportação de minério de ferro. Mineração é o início de uma cadeia produtiva que, há décadas, vem contribuindo decisivamente para o desenvolvimento brasileiro. Tomemos como exemplo a construção civil. Sem a mineração não existiria construção civil. Ela está presente em toda a cadeia. Aço, cimento, areia e pedra britada, cerâmica, vidro, tintas, fios metálicos, materiais hidráulicos e elétricos, metais. Com exceção da madeira, praticamente, tudo vem da produção primária de minerais.

O senador também não atentou para a história da mineração. A mineração muito pouco dependeu do setor público. Os investimentos governamentais na mineração são historicamente muito baixos. A mineração é bancada essencialmente por investimentos privados.

Exemplos são inúmeros. Vamos citar apenas um: Carajás. Carajás foi descoberta por geólogos da

Companhia Meridional de Mineração, subsidiária da United States Steel. Por um golpe-de-mão (coup de main), os militares que governavam o país em 1966 obrigaram a Meridional a associar-se à Vale do Rio Doce, então empresa estatal, e criar a Amazônia Mineração (Amsa), ficando a Meridional com 49%. Com outro golpe de astúcia, desta vez do ex-ministro Ueki, a Vale comprou a parte da Meridional, pois Carajás demonstrara ser muito mais do que a maior reserva mineral de minério de ferro do planeta.

O senador não leva em consideração que a mineração brasileira viveu momentos negros em períodos recentes, como na década de 90. Naquela época, nenhum político dava a mínima para a mineração. Ignoravam olímpicamente a mineração no Brasil. Royalty? CFEM? Isso era grego no ouvido da maioria dos congressistas. Em termos de mineração, nesta fase negra, só houve a demagogia contra a privatização da Vale. Hoje todos querem tirar proveito. Vide as novas taxas instituídas pelos Estados de Minas Gerais e Pará.

Da forma como foi colocado o assunto fica a impressão que o motivo principal para o interesse em relação ao novo Código de Mineração é aumentar a CFEM.

Falar que reservas estratégicas não estão sendo exploradas foge à realidade. Hoje, estão querendo explorar minérios que até pouco tempo nenhum geólogo ou empresa de mineração de respeito se dignariam a olhar, muito menos despender milhões de reais em pesquisa mineral, em tecnologia mineral, em infraestrutura, como minério de ferro com teor muito baixo.

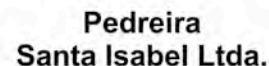
Se estão gastando os tubos com elas, como empresas racionais (como é a maioria das empresas de mineração, porque envolve altíssimos riscos e investimentos) porque deixariam de explorar jazidas estratégicas? Jazidas estratégicas são cheques visados, vão proporcionar grandes lucros, vão colocar a empresa em destaque, os investidores vão correr atrás.

O pensamento do senador nos leva a perguntar se esse entendimento equivocado está disseminado pelo parlamento. Se estiver, acreditamos que o setor mineral terá um árduo trabalho pela frente por ocasião da discussão do novo código. ■

ENTIDADES ASSOCIADAS



EMPRESAS MANTENEDORAS





NOSSA CAPA:
Teatro Amazonas
Foto: Alvaro Pantoja
www.shutterstock.com

SUMÁRIO

- 3** **Editorial**
NOVO CÓDIGO DE MINERAÇÃO: A QUEM REALMENTE INTERESSA?
- 6** **Reportagem**
MANAUS: CRESCIMENTO NA DEMANDA POR AGREGADOS
- 15** GERALDO ALCKMIN ASSINA AUTORIZAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TIZO
- 17** SOMAR CONQUISTA PRÊMIO DE SUSTENTABILIDADE
- 18** RESOLUÇÃO REGULAMENTA TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS
- 19** FURLAN FORTALECE MARCA NOS MERCADOS DO BRASIL E DAS AMÉRICAS
- 22** SEROPÉDICA REALIZA FÓRUM SOBRE AREIA DE PIRAREMA NO RIO DE JANEIRO
- 24** CAMPINAS RECEBE ESPECIALISTAS EM MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE
- 26** **Artigo**
EXTRAÇÃO DE AREIA E A DINÂMICA HIDROSEDIMENTAR NO ALTO CURSO DO RIO PARANÁ NA REGIÃO DE PORTO RICO (PR)
- 34** **Notícias**

revista
ab
areia e brita



ISSN - 1518-4641
EDIÇÃO 56 - JANEIRO | FEVEREIRO | MARÇO 2012
ISSN - 1518-4641
Publicação trimestral da ANEPAC – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ENTIDADES DE PRODUTORES DE AGREGADOS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL
Endereço: Rua Itapeva, 378 Conj. 131 CEP: 01332-000 São Paulo – SP
E-mail: anepac@uol.com.br | Site: www.anepac.org.br
Tel./Fax: 11 3171 0159

Conselho Editorial

Fernando Mendes Valverde
Gláucia Cuchierato
Daniel Debiazzi Neto

Diretoria

Presidente Executivo: Fernando Mendes Valverde
Diretor: Daniel Debiazzi Neto

Conselho Administrativo

Presidente: Ednilson Artioli (SP)
Vice-presidente: Sérgio Pedreira de Oliveira Souza (BA)
Eduardo Rodrigues Machado Luz (SP)
Carlos Toniolo (RS)
Marco Aurélio Eichstaedt (SC)
Carlos Eduardo Pedrosa Auricchio (SP)
Antero Saraiva Junior (SP)
Luiz Eulálio Moraes Terra (SP)
José Luiz Machado (RS)
Pedro Antonio Reginato (RS)
Sandro Alex de Almeida (RS)
Fábio Rassi (GO)
Fauaz Abdul Hak (PR)
Rogério Moreira Vieira (RJ)

Conselho Fiscal

Luiz Eulálio M. Terra
Antonio Reginato
Fábio Rassi

Editada pela: EMC - Editores Associados Ltda.
Av. Prestes Maia, 241 - 35º andar - conj. 3520
São Paulo - SP

Jornalista Responsável: Emanuel Mateus de Castro
Arte: Wagner Siqueira
Revisão: Patrícia Corsetto
Impressão: IPSIS Gráfica e Editora
Contatos Publicitários: 11 3228 9290

Revista de âmbito nacional de 4.000 exemplares, dirigida às empresas de mineração de areia e brita do país, principais prefeituras municipais, governos estaduais, construtoras e outros segmentos que tenham direta ou indiretamente vinculação com o setor de agregados para a indústria da construção civil. As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores, não refletindo, necessariamente, a Opinião da ANEPAC. Sua reprodução é livre em qualquer outro veículo de comunicação, desde que citada a fonte.

MANAUS: CRESCIMENTO NA DEMANDA POR AGREGADOS

Por Luana Lopes



Fotos: Luana Lopes

Com o crescimento do setor de agregados utilizados na indústria da construção civil e com a escolha da cidade de Manaus como uma das sedes da Copa do Mundo de 2014, mineradores e entidades públicas acreditam no aumento do consumo de insumos e em um futuro promissor para a região. Com 3.869.637 km², a região Norte é a mais extensa do país, correspondendo a 42,27% do território brasileiro. Ela é formada por sete estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Na cidade de Manaus, o grande destaque é o desenvolvimento dos setores industriais e de prestação de serviço, configurando-se como um dos principais centros in-

dustriais brasileiros. Sua Zona Franca, localizada na zona sul do município, concentra a maior parte dos polos fabris e industriais devido a benefícios e incentivos fiscais. Com esta

perspectiva, a cidade apresentou em 2010 um significativo crescimento industrial, sendo responsável por 98% da economia do Amazonas, o que corresponde a 55% da eco-

nomia da região Norte. Além disso, as obras da Copa do Mundo de 2014 contribuem para o crescimento da cidade e desenvolvimento de sua infraestrutura.

No ano de 2011, segundo a Anepac, foram produzidas 656 milhões de toneladas de agregados no Brasil. Deste total, 262 milhões de toneladas são representadas por pedras britadas e 394 milhões de toneladas por areia. Na RMM – Região Metropolitana de Manaus foram produzidas, em 2010, cerca de 720.000 toneladas de pedra britada. A principal região produtora de pedra britada da RMM é o município de Presidente Figueiredo.

Com relação às obras regionais, o mercado aguarda a pavimentação da rodovia BR-319, que interliga Porto Velho a Manaus com 980 km de extensão. Está prevista, também, a construção de mais de

Brita Tipo	Preço (R/m ³)		
	CIF	Frete (R\$)	FOB (Pres. Figueiredo)
0	204,00		169,00
1	205,31		170,31
2	198,30		163,30
3	178,53	35,00	143,53
4	172,16		137,16
5	133,40		98,40
Média	181,95		146,95

300 pontes e viadutos e a duplicação da rodovia AM-010, interligando Manaus a Itacotiara (260 km). É uma obra que atingirá uma demanda mensal superior a 300.000 m³ (450.000 t) de brita, no qual atualmente os produtores locais poderiam responder por somente 40% desta demanda, devido à reduzida capacidade de produção.

Não é por acaso que a região de Presidente Figueiredo se configura como a principal região produtora

de brita do Estado, já que a ocorrência de rochas graníticas e vulcânicas na região indica seu alto potencial mineral, principalmente, para a indústria da construção civil. Localizado na região nordeste do Estado do Amazonas, o município pode ser alcançado através da rodovia BR-174 (Rodovia de Manaus – Boa Vista), sentido norte, por aproximadamente 140 km.

Brita em Sacos de 50 kg	Unid	Valor (R\$)
Brita	por kg	0,147
Saco	50 kg	7,35
Ensacamento	saco	1,30
Custo total	Saco	8,65
Preço de venda	Saco	17,30

CURIOSIDADE

No ano de 2007 foi criada a RMM – Região Metropolitana de Manaus através da Lei Complementar Estadual nº52. Também conhecida como Grande Manaus, reúne os municípios de Manaus, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Itacotiara, Careiro da Várzea, Iranduba, Novo Airão e Manacapuru. Com 2.106.866 habitantes (censo IBGE/2010), representa cerca de 60% da população do Estado do Amazonas e cerca de 14,89% da população da Região Norte do Brasil.

A RMM possui cerca de 101.474 km² sendo a maior área metropolitana brasileira. É superior à área de alguns estados brasileiros, como Pernambuco e Santa Catarina, e tem aproximadamente as mesmas dimensões de algumas nações, como Islândia (103.000 km²) e Coreia do Sul (99.538 km²), e superior à de países como Hungria (93.032 km²) e Portugal (92.391 km²).

Nos últimos anos, a região de Manaus vem consolidando uma importante posição econômica em nível nacional. Com todos os seus municípios recebendo incentivos fiscais do Polo Industrial de Manaus, comporta um parque industrial abrangente e diversificado, com destaque para a presença de centros inovadores no campo das pesquisas científica e tecnológica. Esta produção industrial diversificada – com ênfase em setores dinâmicos e de alto input científico / tecnológico, notadamente no município de Manaus – vem resultando em crescentes ganhos de competitividade nos mercados interno e externo.

PRINCIPAIS EMPRESÁRIOS MINERADORES DA REGIÃO



Sérgio Lúcio Alves de Azevedo

Trabalhou por quatro anos na empresa Vale do Rio Doce, dedicando-se à limpeza urbana de Manaus, participou da construção do bairro Ponta Negra (turístico) e é pioneiro no setor minerário da região de Presidente Figueiredo.

Sérgio de Azevedo, pioneiro do setor minerário da região de Presidente Figueiredo, conta que sua família começou cedo na área da mineração e por este motivo tomou gosto pela área. É proprietário da Pedreira Manaus. “Ainda faltam investimentos na Região e união entre os mineradores. Pensei em montar um sindicato ou um grupo de mineradores, porém nas primeiras reuniões nunca aparecia ninguém e acredito que não há interesse entre os mineradores. O lado positivo é o crescimento do mercado da brita, hoje, com três dígitos na venda. Acredito que ainda pode melhorar.”

Segundo Azevedo, a pedreira tem 13 colaboradores e produz 5.000 m³/mês (8.500 toneladas). “Sei que existem pedreiras na região que produzem o dobro ou até mais, porém estou satisfeito com a minha produção. Não preciso de mais. Sei que terei essa exploração por mais 15 anos, além das áreas que ainda não foram pesquisadas. Manaus tem muito a crescer ainda.”



Manaus não vai parar de crescer. Meu filho de 7 anos ainda vai tocar a minha pedreira



Cesar Seara Junior

Com formação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial, é consultor na área de saneamento básico e atua pela ABCON – Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto. Presidente da Construtora e Mineração Muruá. Atualmente trabalha na implantação e consolidação do projeto da usina de beneficiamento de brita em Presidente Figueiredo.

Morou seis anos em Manaus e teve a oportunidade de implantar uma mineração em Presidente Figueiredo. “Para fornecer brita para Manaus é necessário percorrer 140 km de distância. É muito longe. Quando tivemos a oportunidade de criar a empresa Construtora e Mineração Muruá, desde o início, já sabíamos o que queríamos.”

Segundo Seara, o empreendimento começa a operar em abril deste ano. Contará com equipamentos modernos e adequados tecnicamente, com os quais a empresa pretende explorar outros bens minerais da região. “Estamos otimistas e acredito que conseguiremos produzir 60 mil t/mês. Além de tudo, conheço a região e acredito que podemos colaborar

no crescimento de empregos.”

Para o futuro minerador da região, existe muita demanda por agregados, mas com pouca oferta, o que levou os preços a aumentarem significativamente. “Manaus é o local onde a brita é a mais cara do país”, conclui Seara.



Manaus estará entre as 10 primeiras cidades do país. A potencialidade da Amazônia é infinita, desde que, respeitados seus princípios fundamentais: água, natureza, floresta e seu povo”





Sempre à sua disposição

Metso Performance Solutions está sempre ao seu alcance e disponível para o suporte do seu negócio. Nossos serviços abrangem desde a terceirização da manutenção até a operação da sua planta.

A rede de serviços da Metso está presente em todos os continentes e você pode nos encontrar em qualquer lugar do mundo, o que nos permite fornecer um suporte rápido de serviços.

Para mais informações: www.metso.com.br/servicos



QR code for smartphones



Pedreira Manaus em Presidente Figueiredo



ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS NA MINERAÇÃO DNPM



Fernando Lopes Burgos

É geólogo, superintendente, com 35 anos de atuação no DNPM.

O Superintendente do DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral - Amazonas, geólogo Fernando Burgos, comenta que Manaus tem a peculiaridade de trazer brita de regiões distantes (mais de 100 km) para atender sua demanda. Mesmo assim, os produtores não estão conseguindo suprir a necessidade do mercado, abrindo espaço para a utilização de outros produtos minerais, como é o caso do seixo rolado. Entretanto, ele acredita que o uso do seixo rolado, apesar das reações contrárias a sua exploração, como vem sendo continuamente veiculado na imprensa, não será proibido considerando que esse material é utilizado por toda região. “A extração de seixo do leito do rio ainda não foi proibida”, afirma Burgos.

Ainda segundo Burgos, falta equipe técnica para atender a demanda de fiscalizações nos empreendimentos minerários. Atualmente, o quadro de colaboradores do órgão conta com dois engenheiros de minas, um geólogo na área de fiscalização, três geólogos na área de outorga e um economista. “As fiscalizações são feitas exatamente como rege o Código de Mineração. Temos um recorde em arrecadação

de TAH – Taxa Anual por Hectare.”

O superintendente citou as dificuldades em realizar um trabalho de parceria com o IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas e as SEMA's - Secretarias de Meio Ambiente Municipais. “Depois que a SEMA publica a licença, demora para que a mesma seja protocolada no DNPM, e assim que chega, já está quase vencendo,” desabafa Burgos. Para ele, o ideal seria que ocorresse um trabalho em parceria entre os três órgãos públicos que facilitasse a tramitação dos processos e diminuísse a burocracia, como por exemplo, unificar os prazos de vencimento e o que o processo de licenciamento se iniciasse pela SEMA.

Para Burgos, a construção da ponte que interliga Manaus a Iranduba foi benéfica em vários aspectos, como por exemplo, facilitar o acesso entre as regiões e compra e venda de agregados para outros locais. Citou a importância dos rios Japurá, Negro e Madeira, como as principais fontes de extração de areia, enquanto a BR-174 destaca-se como a “estrada da brita”, ao longo da qual há mais de 10 pedreiras, configurando-se como a principal região da extração de agregado graúdo.

PREFEITURA

O secretário de obras, José Gonella, conta que a região de Presidente Figueiredo é a principal produtora de brita do Estado. Com o crescimento ocasionado pelas obras referentes à Copa de 2014, o município atingirá um papel de destaque. Apesar do aumento das construções referentes à Copa, as obras regionais continuarão. Ele citou as obras realizadas em 2011, dentre as quais, se destacam a recuperação de estradas vicinais, construção de salas de aula, quadras esportivas cobertas e sala de laboratórios de informática. "Tenho orgulho de citar estes trabalhos e

a ideia é nunca parar. Em 2012, iremos construir mais escolas, principalmente para o ensino infantil, e adequar a parte elétrica nas escolas da zona rural."

No início do mês de maio e junho deste ano serão construídas, aproximadamente, 200 casas do projeto "Minha casa, minha vida", que é um contrato com duração de 12 meses com o Banco Caixa Econômica Federal. Entretanto, a região é bastante chuvosa e isso acabou dificultando o término do projeto. "Em quase todos os projetos pedimos prorrogação do contrato, pois fica difícil a conclusão com o excesso de chuvas.

SOMOS ESPECIALISTAS EM ENGENHARIA DE DESMONTE.
SOMOS CRAQUES NA CONSTRUÇÃO DO FUTURO.

Somos capazes de realizar prodígios com a força e experiência acumuladas em décadas de trabalho e dedicação. Seguimos padrões internacionais de segurança, investindo continuamente em tecnologia e qualidade de produtos e serviços. Nossa virtude é atuar com precisão e excelência em desmontes de rocha, explosivos civis e sistemas de iniciação. Britanite: há 50 anos abrindo caminhos!



IPAAM



Antônio Ademir Stroski

Engenheiro Agrônomo com mestrado em Ciências do Ambiente. Trabalha no IPAAM desde 2007.

Segundo o presidente do IPAAM, Antônio Stroski, um dos diferenciais de Manaus em comparação a outras cidades fora da Amazônia Legal, é que para os municípios situados dentro da área denominada Amazônia Legal, a área que deve ser averbada como Reserva Legal é de no mínimo 80% da propriedade. Em outras localidades, esta porcentagem é bem menor (35% em áreas de cerrado e 20% nas demais regiões do país). Considerada como de extrema importância para Stroski, a averbação de Reserva Legal é levada a sério no IPAAM, cujos técnicos estão sempre atentos para que essa obrigatoriedade seja colocada em prática.

O presidente do órgão citou com orgulho que o Estado do Amazonas ficou em primeiro lugar no quesito sustentabilidade, com 97%, segundo uma matéria publicada na revista Veja. Ele comentou, também, que pretende criar licenças ambientais informatizadas, digitalizadas e com acesso público. Com isso, ele acredita que irá melhorar o processo como um todo e aumentar a eficiência no deferimento das licenças. Para este sistema entrar em ação, será necessário que a lei seja aprovada: “Com esta aprovação, será mais fácil e poderemos enquadrar novas atividades, como gasoduto e usina termoeletrica natural,” afirma Stroski.

Atualmente, o órgão trabalha com 10 colaboradores que,

segundo o presidente, não é o número ideal para suprir suas necessidades, sendo importante a contratação de, pelo menos, mais seis geólogos, além da implantação de melhorias no departamento de outorga de água.

“Precisamos de processos de modernização e reordenamento no licenciamento da atividade minerária, como por exemplo, o monitoramento de dragas através de chip (via satélite) para fiscalização.”

Segundo Stroski, a maior dificuldade em conseguir o licenciamento ambiental é por conta da existência de unidades de conservação, principalmente, as vinculadas às terras indígenas. “O IPAAM estabelece normas claras nas exigências, que devem ser atendidas no processo. Precisamos fazer vistoria e fiscalização para que possamos acelerar o licenciamento.”

Para que o processo de licenciamento seja mais rápido, Stroski sugeriu a comunicação rápida entre o minerador e o órgão. “A extração mineral é uma atividade que gera impacto, o ideal seria que todas estivessem licenciadas. O Licenciamento é a palavra-chave para garantir uma excelente sustentabilidade.”



O Licenciamento é a palavra-chave para garantir uma excelente sustentabilidade



RUMO À COPA



Região de Ponta Negra – Área da orla em Manaus

Com um PIB superior a 45 bilhões de reais, associada ao momento positivo que a Copa do Mundo de 2014, e combinada com suas tradições locais e belezas naturais, permitirá ao setor de agregados experimentar um crescimento verdadeiramente notável.

Para não perder a “carona” neste momento único, a iniciativa privada (dentro os quais, os mineradores) e órgãos públicos estão se mobilizando no sentido de disponibilizar ao município toda infraestrutura necessária, fundamental para este desenvolvimento.



Ponte que interliga Manaus à Iranduba



BR-174—Rodovia de Manaus—Boa Vista

Seu caminhão é um reflexo do seu negócio:
ou vai pra frente ou fica patinando.



Mercedes-Benz, marca do Grupo Daimler.

GREY

Para a robustez, a confiabilidade e a versatilidade de um Mercedes-Benz, não existem obstáculos. Por isso, quem escolhe os caminhões Axor, Actros ou 2726 pode contar com a melhor opção para seu negócio de construção e mineração. Com ou sem estrada, você sempre pode confiar em um Mercedes. Passe em um Concessionário Mercedes-Benz, ligue 0800 970 90 90 ou acesse www.mercedes-benz.com.br.



Mercedes-Benz

A marca que todo mundo confia.



Respeite a sinalização de trânsito.

UM TOUR POR MANAUS

A Arena da Amazônia

Doze cidades–sede, dentre elas Manaus, preparam seus estádios para receber os jogos da Copa de 2014. A capital manauara está construindo uma nova arena esportiva, dentro dos padrões ditados pela Fifa.

A Arena da Amazônia, que substituirá o antigo estádio Vivaldo Lima (Vivaldão), no centro da cidade, terá um shopping dentro das suas instalações. Com construção inspirada em elementos da cultura, fauna e flora amazonenses, terá capacidade para aproximadamente 42.600 torcedores, segundo o site da FIFA.

O Ministro dos Esportes, Aldo Rebelo, visitou as obras no dia 03 de fevereiro de 2012. A vistoria fez parte de um giro do Ministro pelas cidades-sede do Mundial. A Fifa quer o estádio pronto em dezembro de 2013. Com estacionamento para 9.000 veículos, o valor da obra está estimado em R\$ 500 milhões.

O Monotrilho Norte-Centro

A construção do Monotrilho Norte–Centro, uma espécie de metrô de superfície, principal obra de mobilidade urbana de Manaus para a Copa de 2014, teve seu contrato assinado pelo Governador do Amazonas, Omar Aziz, no mês de fevereiro de 2012. A obra foi orçada, inicialmente, em R\$ 1,55 bilhão. O “metrô” manauara deverá estar pronto nos primeiros meses de 2014.

Ponte Rio Negro

Com 3.595 metros de comprimento, é a primeira ponte de grandes dimensões construída sobre um rio em solo amazônico. Ao lado do Teatro Amazonas, vem sendo considerada, atualmente, como o maior e mais importante monumento do Estado.

O empreendimento, que liga Manaus ao município de Iranduba, representa uma obra concreta na busca pela integração da RMM – Região Metropolitana de Manaus. A obra teve custo total de R\$ 1,09 bilhão e foi inaugurada em outubro de 2011 com a presença das principais autoridades do Estado e do País, inclusive da presidenta Dilma Rouseff.

Revitalização da Orla da Praia da Ponta Negra

A orla da Praia da Ponta Negra, em Manaus, é um dos mais importantes cartões postais da cidade. Nestes últimos anos, o local passa por um importante processo de revitalização. Está previsto um calçadão todo construído artesanalmente, utilizando as famosas pedras portuguesas, em três cores: branco, preto e vermelho. O mais impressionante da obra, no entanto, são as várias dragas produtoras e transportadoras de areia que realizam um aterro hidráulico e trabalham na formação de uma grande praia. Serão mais de 1 milhão de metros cúbicos de areia que possibilitarão a permanência da praia tanto na época da enchente como nas vazantes do rio Negro.



Revitalização da Orla da Ponta Negra – Praia dos Manauaras



GERALDO ALCKMIN ASSINA AUTORIZAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TIZO

Por Luana Lopes



O governador Geraldo Alckmin durante o evento

Foi realizada em 24 de fevereiro último, em Taboão da Serra, SP, a cerimônia em que o governador Geraldo Alckmin assinou a autorização para a contratação das obras de infraestrutura do Parque Metropolitano Tizo. Com uma área total de 1,3 milhões de metros quadrados e localizada na Zona Oeste da Região Metropolitana de São Paulo, abrange áreas dos municípios de São Paulo, Cotia, Taboão da Serra, Embu e Osasco. A criação do Parque provocou, à época, um amplo

processo de mobilização pela proteção da área que envolveu sociedades de amigos de bairro, associações ambientalistas, comunidade escolar, lideranças e cidadãos num exemplar exercício de cidadania.

Os secretários de Estado do Meio Ambiente, Bruno Covas e da Habitação, Silvio Torres; o presidente do IES – Instituto Embu de Sustentabilidade, Fábio Barros; o professor doutor e presidente do conselho do parque, Paulo Nogueira Neto; estudantes da escola EMEF Te-

ófilo B. Ottoni e outros profissionais do conselho participaram do evento.

Os investimentos para a obra do parque serão de aproximadamente R\$ 34 milhões. Segundo o governador, já foram investidos R\$ 6,1 milhões, com parcerias entre a SMA e a Secretaria de Habitação. Estes recursos possibilitarão a preservação da área, construção de grades e muros para o cercamento, a contratação de levantamentos topográficos e de projetos executivos, a realização de trabalho social, a

Fotos: Luana Lopes

aquisição de equipamentos e a capacitação de vigilantes pela Polícia Ambiental. Serão investidos, também, R\$ 28 milhões em terraplenagem, implantação de redes internas de água e de energia, tratamento local de esgoto, caminhos de piso intertravado, cerca de 3 mil m² de passarelas suspensas em madeira de reflorestamento, mirante, três portarias, centro de educação ambiental, parque infantil, administração e estacionamento.

Segundo o ambientalista e presidente do conselho gestor do parque Paulo Nogueira Neto, considerado o pai do ambientalismo brasileiro, a criação do parque será uma importante oportunidade para crianças e jovens ficarem mais próximos das questões relacionadas ao meio ambiente e ter contato com a natureza. “Precisamos fazer com que a nova geração conheça a natureza e que os parques se multipliquem.”

“Hoje nasce um novo parque para a região metropolitana”, disse o governador. Para simbolizar o início das obras, Alckmin plantou uma muda de Jequitibá Branco, uma espécie nativa da Mata Atlântica.

O Parque Tizo, criado pelo Decreto Estadual nº 50.597 de 27 de março de 2006, é um pro-

jeto da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Estado de São Paulo, que tem como objetivo a implantação e administração de um parque urbano de conservação ambiental e lazer.

No Parque Tizo, uma importante alternativa e uma estratégia que deu certo foi o estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada, dentre elas, a formalizada com o IES – Instituto Embu de Sustentabilidade, IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração, ANEPAC – Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção Civil e a MGA – Mineração e Geologia Aplicada para a implantação de projetos sócio-ambientais. A parceria proporcionou a contribuição com recursos técnicos e a formação de um ambiente de colaboração e complementação que favoreceu o desenvolvimento do projeto.

O geólogo e diretor técnico

da MGA, Hércio Akimoto, um dos técnicos participantes do Plano Diretor do Tizo, ressaltou que importantes parques existentes na Região Metropolitana de São Paulo foram antigas cavas de mineração e que esta área não é diferente: “O Parque Tizo tem uma parte que foi outrora utilizada como caixa de empréstimo e aproveitamos nossos conhecimentos para ajudar no plano de recuperação da área degradada, incorporando a mesma ao projeto e preservando os locais que ainda têm cobertura vegetal”.

O Plano Diretor e as Diretrizes de Projeto para o Parque Tizo foram elaborados por uma equipe multidisciplinar composta por arquitetos, geógrafos, agrônomos, biólogos, geólogos e engenheiros que atuaram de forma voluntária, além de técnicos e pesquisadores de diferentes unidades da SMA – Secretaria do Meio Ambiente. ■



Na ocasião, Alckmin plantou uma muda de jequitibá branca para simbolizar o início das obras

SOMAR CONQUISTA PRÊMIO DE SUSTENTABILIDADE



Verônica Della Mea recebe o prêmio da secretária de Meio Ambiente do RS, Jussara Cony

Foto: Rocha

“A sustentabilidade é uma exigência histórica”. Com esse alerta, a secretária do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, Jussara Cony, destacou a importância da sétima edição do Prêmio Responsabilidade Ambiental Borboleta Azul, que homenageou a SOMAR – Sociedade Mineradora, em dezembro último, no tradicional Teatro São Pedro, em Porto Alegre. Também subiram ao palco para brindar os premiados, o presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Adão Villaverde; o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia; e o presidente e o conselheiro da ARI (Associação Riograndense

de Imprensa), João Batista de Melo Filho e Ercy Pereira Torma, respectivamente. O Hino nacional foi executado em flauta por um dos integrantes do Projeto Nação Periférica e o riograndense pela cantora nativista Fátima Gimenez.

A SOMAR conquista o seu sétimo reconhecimento na área com o projeto Elo Verde – ação de replantio de mata nativa em parceria com o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Baixo Jacuí - e com o Margens Viva, dedicado à educação ambiental em escolas da região, este último, destaque especial por ter dado origem ao primeiro arboreto

didático do País em uma escola. O projeto batizado de Wangari Maathai, em homenagem à ativista queniana, Prêmio Nobel da Paz em 2004, contou com a ajuda de crianças, adolescentes e familiares do Instituto Estadual de Educação de São Jerônimo, que plantaram mais de 60 mudas representativas de três agrupamentos de espécies, dentro dos temas do Sul: Ecossistemas Brasileiros, Reinos Florísticos do Mundo e Espécies Emblemáticas. A coleção de Formações Florestais do Rio Grande é cuidada pelos próprios alunos e utilizada para estudos em praticamente todas as disciplinas. ■

RESOLUÇÃO REGULAMENTA TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS

A resolução nº 3.658/11 de 19 de abril de 2011 da ANTT, visa à regulamentação do transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros mediante remuneração.

A fiscalização desta resolução - que teria início em 23 de janeiro último, para um período chamado de "Comando Educativo" - foi adiada para junho de 2012. É intenção da ANTT, em maio deste ano, abrir novas discussões sobre o tema. Será editada uma complementação desta resolução e a aplicação de penalidade será iniciada em junho de 2012.

A nova legislação visa estabelecer controles das atividades dos "Transportadores Autônomos de Cargas-TAC", coibindo a informalidade.

A atual resolução prevê que o pagamento aos transportadores só poderá ser feito em conta de titularidade do con-

tratado registrado no "Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas-RNTRC", mediante crédito em conta bancária. Caberá ao contratante do transportador escolher o meio de pagamento do frete que irá utilizar. Quando optar pelo crédito em conta do transportador, deverá cumprir as regras da ANTT. Portanto, é obrigatório o cadastramento de cada operação de transporte, obtendo-se o "Código Identificador da Operação de Transporte - CIOT". O fornecimento deste código é obrigatório e gratuito por parte das administradoras que foram habilitadas pela ANTT. O contratante deverá informar à administradora os dados da operação de transporte no momento da obtenção do "CIOT".

Não existe um meio obrigatório imposto ao contratante do transportador, cabendo-lhe

optar por depósito em conta bancária ou meios eletrônicos de pagamento previsto em lei.

Caso o contratante seja proprietário da frota, não precisará da administradora para meios de pagamento, somente da "CIOT".

Caso a operação não seja do titular da conta, ou a remuneração seja por qualquer meio ou opera qualquer tipo de transporte, haverá necessidade da administradora do meio de pagamento.

A resolução regulamenta então o pagamento do frete onde se prevê multas quando houver desvio de pagamento do frete ou deságio.

O SINDIPEDRAS/SP e o SINDAREIA/SP estão estudando o assunto para melhor informar seus associados, bem como interagir com a ANTT para ajustar as necessidades do setor às alterações previstas na resolução.

BEXTRA[®]
SISTEMAS DE PESAGEM

**BALANÇA INTEGRADORA
CONTROLE TOTAL DE PRODUÇÃO**



FURLAN FORTALECE MARCA NOS MERCADOS DO BRASIL E DAS AMÉRICAS



Da esquerda para direita - Wagner Zutin Furlan e Valter Zutin Furlan

A Revista Areia & Brita entrevistou os empresários Valter e Wagner Furlan que falaram sobre a performance da empresa e avaliaram o setor industrial no Brasil

Máquinas Furlan Ltda., empresa de capital genuinamente brasileiro, fundada em 1962, vem fortalecendo sua participação, no mercado brasileiro e das Américas, fornecendo equipamentos, acessórios e peças de reposição fundidas em aço, principalmente para empresas do ramo da mineração. Com cerca de 22.500 m² construídos numa área total de 200.000 m² situada no município de Limeira, a cerca de 150 quilômetros de São Paulo, encontram-se instaladas a Divisão de Equipamentos e a Divisão de Fundidos que contam com recursos tecnológicos e mão de obra qualificada para o desenvolvimento e fabricação de produtos empregados nas operações de cominuição de minérios (britagem, trituração e moagem) e processamento de minérios (classificação, transporte, piro-processamento etc.).

A empresa, que conta com uma

força de trabalho de cerca de 350 funcionários, fez nos últimos anos grandes investimentos em tecnologia e processos e lançou nos últimos quatro anos muitos equipamentos novos. Cumprindo à risca seu plano estratégico para os próximos cinco e dez anos toda a unidade fabril foi adequada para ter maior produtividade e menores custos para poder competir no mercado interno e internacional, enfrentando o desafio do câmbio extremamente apreciado, do regime tributário insano e complicado e das condições precárias da infraestrutura brasileira.

A Revista Areia & Brita entrevistou os diretores da Máquinas Furlan Ltda., Valter Zutin Furlan e Wagner Zutin Furlan. Valter Furlan também é presidente da Câmara Setorial de Máquinas e Equipamentos para Cimento e Mineração da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

Produção

Em relação a três ou quatro anos atrás, a Furlan está produzindo três vezes mais. A Máquinas Furlan investiu muito em sua usinagem, com modernos equipamentos CNC, como tornos, centro de usinagem, mandrilhadoras e cortes de chapa; construiu um novo galpão com novas pontes, onde foram instaladas a caldeiraria, montagem e pintura. Atualmente conta também com um setor exclusivo para reforma de equipamentos para mineração.

Novos Produtos

Preocupados com a evolução no porte das pedreiras/mineração, a Furlan vem investindo em equipamentos de maior porte, tais como: o britador de mandíbulas JC 1300, que tem capacidade para produzir de 340 a 1000 t/h; a unidade móvel de britagem sob pneus; o CMF 900-

HW que conta com um britador de mandíbula JC 900; o britador cônico CC 900; e uma peneira 400150/3.

Recentemente, a Furlan lançou no mercado o mais novo britador cônico, o CC1400XP para atender a sua linha secundária para contemplar britagens maiores, atendendo assim, pedreiras de grande porte. O cônico CC1400XP é um equipamento que pode chegar a 400HP com capacidade para produzir de 200 a 470t/h.

Parcerias

A Furlan, preocupada em atender o mercado de areia e lançar novos produtos, fez algumas parcerias para licenciamento de fabricação. Uma delas, que continua indo muito bem, com a Ore Sizer, que são britadores de eixo vertical rocha/rocha. A Oresizer é uma empresa inglesa e o britador é de tecnologia VSI (Vertical Shaft Impact), ideal para a produção de finos e “pedras mais cúbicas”. Sua tecnologia é rocha x rocha, aplicada para rochas com alta abrasividade, como o granito. A Furlan também produz outro VSI, com tecnologia aço/aço, utilizado para materiais menos abrasivos. Todos os VSI's são fabricados 100% na Furlan.

Outra parceria que vai indo bem é com a ERAL, uma empresa espanhola dirigida para máquinas de lavagem e classificação de areia. Trata-se de um sistema com lavador de areia. É uma parceria de licença e de representação.

Atualmente, a linha de britadores cônicos com tecnologia inglesa, antiga parceria com a Parker sofreu um upgrade Furlan na sua forma construtiva, tornando os britadores mais competitivos (Série XP).

Concorrência com produtos chineses

No nosso setor, não temos visto muita importação de produtos chineses. O que é comum acontecer é o interessado entrar no site e comprar direto. Mas, no fim, esses mesmos clientes interessados no mercado chinês viram nossos clientes; Porque? Porque precisam fazer uma modificação ou uma adequação desse equipamento e nos chamam. Isto acontece com moinhos de bola, com separador aerodinâmico, que são produtos que são oferecidos muito baratos. Em pedreiras, nunca vimos um equipamento chinês funcionando. Há um concorrente da Furlan que traz produtos para pedreiras da China, mas aí a diferença de preços não é significativa. Então, na área dos agregados, a concorrência com produtos chineses, momentaneamente, não é uma situação que preocupa.

Fundidos

Na linha de equipamentos, não temos uma zona de conforto muito grande, pois a concorrência é enorme e temos que nos manter atualizados. Na área de fundidos, é mais difícil a concorrência, pois a variedade é muito grande. Entretanto, na área de peças de desgaste, a concorrência não nos preocupa, pois temos muita qualidade, o que é atestado e comprovado pelos nossos clientes. Somos um dos melhores no quesito qualidade, o que nos dá muita tranquilidade. Em termos de peças, somos, talvez, a segunda do mundo em qualidade, perdendo, apenas, para uma empresa italiana. Na área de peças fundidas, há clientes de todos os tipos: pedreiras, mineração, cimenteiras e outras. Há quem compre

pelo preço, há quem compre pela média. Há também quem compre, principalmente, pela qualidade. E quem, além da qualidade, exige custo e benefício.

Exportação

Exportar máquinas está muito difícil ou quase impossível. Para o Mercosul, ainda temos alguma movimentação; mas, mesmo assim, não conseguimos concorrer nem com produtos dos Estados Unidos. Entretanto, não abandonaremos o barco, estamos nos mantendo em feiras e eventos, fazendo contatos e estamos abertos a desfrutar este mercado. Brevemente, haverá uma feira no Chile, a Expomin. A Abimaq, com a Câmara Setorial, junto com a Apex, vão estar presentes com várias empresas. Nesta ocasião, vai haver um warm-up, em um hotel de Santiago, em que vamos estar presentes com filmes promocionais, fazendo contato com novos clientes potenciais e apresentando nossos produtos para viabilizar alguns negócios antes da feira. Mesmo com a desvantagem do câmbio, vamos estar presentes. É o mínimo que temos que fazer, não só a Furlan, mas os empresários brasileiros.

No caso de exportação dos fundidos, a situação é muito melhor. Nossa exportação para os Estados Unidos e para a Argentina, principalmente, representam 20% da produção de fundidos da Furlan e 10% do faturamento. Isto nos dá ânimo para aumentar este mercado. Mas o câmbio também atrapalha muito e o pior é que vemos que a tendência do dólar é baixar. Para que haja exportação consistente, o dólar teria de estar a R\$ 2,30. A R\$ 2,00 ou R\$ 2,10, já ajudaria.

Incentivo à indústria de bens de capital

Não dá muito para falar que há incentivo. O incentivo é basicamente o Finame, com juros de 6,5% a 9% ao ano. Nem dá para comparar com Europa ou América do Norte, onde as taxas são no máximo 3%. Pelo menos, se voltasse para 5,5% como era há dois anos. Na área de P&D, existe incentivo. O Ipdmaq, da Abimaq, que trabalha com desenvolvimento de tecnologia mostra todos os financiamentos que existem à disposição para melhorar a tecnologia e, consequentemente, reduzir custos. O Finep, por exemplo, tem várias linhas. Mas o maior problema nem é desenvolver tecnologia. É manter-se no mercado. A Furlan tem trabalhado forte em tecnologia, e estamos conseguindo novos produtos, parcerias e recursos, principalmente, para a produção. Com grandes esforços estamos conseguindo reduzir de 20 a 30% nossos custos, graças aos investimentos que realizamos nos últimos anos.

Planejamento estratégico

Estamos cumprindo nosso plano estratégico para os próximos cinco e dez anos. Adequamos nossa fábrica para aumentar a produtividade e melhorar a qualidade de todos os produtos. O layout foi trabalhado, houve treinamento do pessoal, treinamento de liderança. Os investimentos estão sendo pagos e, neste ano e no próximo, vamos liquidar a maior parte dos empréstimos, embora isso ainda vá até 2015.

Mão de obra

Um dos maiores custos, senão o maior, é treinar mão de obra no Brasil. Quem entra na empresa, hoje, precisa se reciclar no ensino com treinamentos. O ensino médio é deficiente. Para ser contratada, a pessoa tem de ter, pelo menos, o básico completo, senão fica inviável treinar. O custo de treinar é muito alto. Uma empresa com 100, 150 funcionários tem dificuldades em fazer treinamento de pessoal devido ao alto custo.

Desindustrialização

O Brasil está crescendo, mas não sei se de modo correto. O que vemos muito é trazerem peças para montarem aqui. A maior parte vem de fora e só o que não interessa trazer ou não conseguem é produzido aqui. Então, há desindustrialização. Estão montando uma fábrica aqui na região e 70% do produto final vai ser trazido de fora. A desindustrialização não acontece porque se fechou uma empresa. A empresa pode até estar indo bem, mas não fabrica, só monta. Ainda há algumas resistências na transferência de tecnologia dos países desenvolvidos. A indústria de bens de capital está sumindo. Veja o setor têxtil. Hoje ninguém mais fabrica máquinas para a indústria têxtil. Em seguida, quem desapareceu foi a indústria têxtil propriamente dita e, agora, é a vez da indústria de confecção. Todo tecido vai ser importado! Quantos postos de trabalho foram perdidos, quantos deixaram de ser criados? Além disso, perdemos a capacitação dos profissionais e a tecnologia.

Futuramente estaremos mais atrasados se isso perdurar.

No nosso setor, por exemplo, a Vale, em vez de comprar moinhos aqui e investir pesado no mercado nacional, trouxe da China 18 moinhos, a 4 milhões cada moinho. O engraçado é que a própria Vale está montando uma mina na Ásia, mas lá não vai comprar da China, mas levar do Brasil. Por que isso? Porque ela tem certeza que o produto brasileiro vai ter qualidade e ter assistência. Se comprasse da China para a mina na Ásia, a mina nem partiria. Agora, traz produto não tão bom para cá porque sabe que, se der problema, existem no Brasil empresas capacitadas para consertar, dar um jeitinho brasileiro. Quer dizer, corremos o risco de não produzirmos mais máquinas e virarmos empresas de manutenção de máquinas vindas de fora. Aí, não vamos ter mais investimentos, não seremos dono da tecnologia.

Números da Furlan

Em termos de faturamento, em 2011, faturamos 10% a mais que em 2010 a expectativa é faturar 10% a mais em 2012 em relação a 2011. São bons números, mas se compararmos com 2008, estamos abaixo. Em valores corrigidos, talvez, estejamos faturando 15% a menos. Estamos produzindo mais com menos gente. Em relação a 2011, reduzimos nosso quadro de 400 para 350 funcionários. Quer dizer, devemos produzir próximo aos números de 2011 ou um pouco mais, mas com menos gente, isto é, maior produtividade, menor custo, fruto dos investimentos e mudanças que fizemos nos últimos quatro anos. ■

SEROPÉDICA REALIZA FÓRUM SOBRE AREIA DE PIRAREMA NO RIO DE JANEIRO



Regina Lúcia Gonzalez, presidente do APL de Areia de Pirarema

Em 25 de janeiro último, foi realizado na Câmara Municipal de Seropédica, no Estado do Rio de Janeiro, o Fórum do Arranjo Produtivo Local (APL) da Areia Pirarema para discutir a produção de areia em Seropédica e a adoção do selo de procedência da areia. Pirarema é o maior polo produtor de areia do Estado do Rio de Janeiro e abastece toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e sua produção anual supera a casa dos cinco milhões de toneladas.

Participaram do Fórum, Regina Lúcia Gonzalez, coordenadora do Comitê Gestor do APL de Areia de Pirarema; Victor P. Perret, Marcelo Lyra Parente e Flávio Erthal, do Departamento de Recursos Minerais (DRM-RJ); Andréia Loureiro, Wallace Rodrigues, Nádia Cristina Amaral,

Ana Paula Teixeira, Jorge Tadeu e Ricardo Luiz Nogueira de Souza, da Secretaria de Ambiente e Agronegócio do município de Seropédica; Dolores Lustosa, do SEBRAE/RJ; Zuleica Castilho, do CETEM; Iracema Costa Teixeira Franco, da SEDEIS; Marina Oliveira, do Instituto PARES; Luiz André da Cruz Lemes, do Centro Público de Emprego, Trabalho e Renda; Luiz Oliveira, Iran da Cunha Santos e Francisco Costa Lima, do SINDIMINA-RJ; João Pedro Martins, pesquisador de Geologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Fábio Barros e Leandro F. de Souza, da empresa Genese Consultoria e Projetos; Joaquim C. M. da Silva, aluno da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Sérgio Silva Pereira, presidente do Sindicato dos Mineradores de Areia

do Estado do Rio de Janeiro – SIMARJ; Élio David de Almeida, advogado do SIMARJ; e os mineradores de areia Luiz Nemésio Bento de Paula, Shirley de Oliveira Carvalho, Antônio José da Cunha, José Rafael Gonzalez, Paulo Goulart do Amaral, Leonardo Tavares Rangel e Luciano Azevedo Simões. A coordenadora do APL, Regina Gonzalez, comandou os trabalhos do Fórum.

O pesquisador da UFRJ, João Pedro Martins, falou sobre a implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que está em fase de finalização, e também do projeto para o uso futuro da área. Dolores Lustosa enfatizou o apoio que o SEBRAE vem dando ao APL. Zuleica Castilho apresentou vídeo institucional do Centro de Tecnologia Mineral e falou dos trabalhos desenvolvidos e sobre o Manual



João Pedro Martins, pesquisador de Geologia da UFRJ



Platéia presente no fórum



Dolores Lustosa do SEBRAE-RJ

o desenvolvimento do Rio de Janeiro, informando que o projeto do documentário foi aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Martins disse

de Agregados. Marina Oliveira apresentou resultado da pesquisa "Responsabilidade Social dos Areiais" realizada pelo Instituto Pares. Joaquim da Silva apresentou o Sistema de Informações Geológicas (SIG), do projeto sobre o uso futuro, informando que está em fase de diagnóstico com cadastro das empresas, análise da logística, classificação do uso do solo e identificação dos conflitos, trabalhos desenvol-

vidos pela UFRRJ. Luiz Oliveira informou que a subsele regional do Sindimina-RJ, que fica no município vizinho de Itaguaí, pretende criar um centro de capacitação profissional.

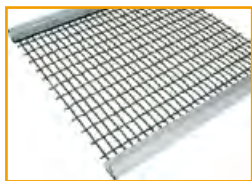
João Pedro Martins (UFRJ) falou sobre o documentário de 15 minutos que vai mostrar todo o processo de mineração de areia e seus usos, com o fim de sensibilizar a sociedade sobre a importância da areia para

ainda que o APL de Areia Pirarema precisa preparar o Plano de Desenvolvimento Estratégico e solicitou a colaboração dos empresários do setor para que o APL atinja seus objetivos. Falou também sobre a importância de um selo que ateste a procedência da areia e que comprove que o processo de produção de areia está em conformidade com todas as exigências, sejam legais ou ambientais. ■

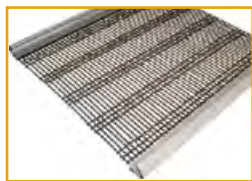
Durabilidade garantida com precisão.

Telas de Aço para Peneiras Vibratórias.

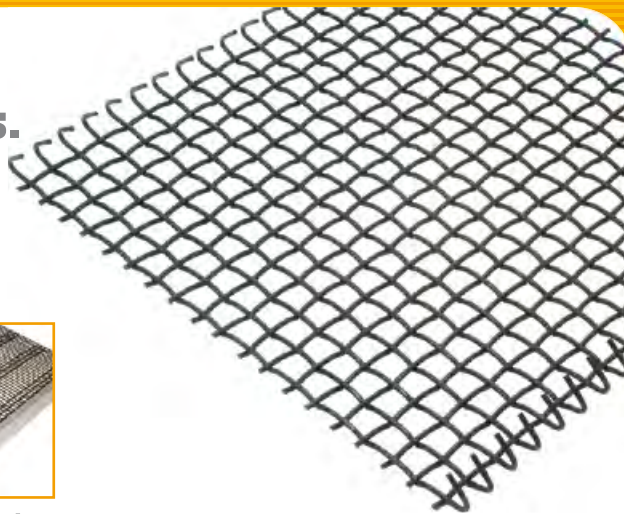
- Elevada resistência à abrasão.
- Malhas quadradas e retangulares.
- Linha completa de acabamentos laterais.
- Fabricadas em aço carbono, aço manganês, inox e outras ligas.



Malha Retangular



Malha Retangular Longa



Conheça também nossa linha completa de Telas de Borracha e Telas de Poliuretano.



TELAS DE BORRACHA



TELAS DE POLIURETANO



DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA
PARA ORIENTÁ-LO DESDE O PROJETO ATÉ A INSTALAÇÃO
DOS PRODUTOS EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL.



VIMAX
SOLUÇÃO EM PENEIRAMENTO

VMX do Brasil Ind. e Com. Ltda.
Rua Guaiaúna, 180 – 2º andar – CEP 03631 000 – São Paulo – SP
FONE: (11) 2293 8311 ■ FAX: (11) 2294 5547
vendas@vimax.com.br ■ www.vimax.com.br

CAMPINAS RECEBE ESPECIALISTAS EM MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE



Fotos: Luana Lopes

Público presente na Oficina

Foi realizada dia 13 de fevereiro último, a Oficina de Mineração da Região Metropolitana de Campinas, nas dependências da UNICAMP e organizada pelo Prof. Dr. Hildebrando Herrmann e a geóloga Glauca Cuchierato. O evento contou com as palestras do geólogo e presidente da ANEPAC – Associação Nacional de Entidades de Produtores de Agregados para a Construção Civil, Fernando Valverde; o geólogo e sócio diretor da MGA – Mineração e Geologia Aplicada, Hércio Akimoto; o professor do Instituto de Geociências da UNICAMP – Universidade de Campinas, Marcel Fantin; e o representante da Subsecretaria de Mineração do Estado de São Paulo, engenheiro de

minas Ayrton Sintoni.

O objetivo do encontro foi reunir profissionais dos diversos setores que estão ou estarão revisando os planos diretores municipais para discutir a questão do planejamento, da importância da atividade de mineração e do fornecimento de insumos e bens minerais principalmente para abastecimento da construção civil.

A apresentação do professor Fantin deu ênfase ao histórico da produção de agregados no Canadá. Mostrou que nas décadas de 50 e 60, o Canadá passou por uma grande aceleração da economia e do desenvolvimento de infra-estrutura, o que gerou a necessidade do acréscimo de produção de agregados e conseqüente geração de conflitos. Fantin

apresentou os exemplos de compatibilização ambiental, as buscas por soluções, o avanço na legislação mineral e ambiental nas diversas províncias do país. As maiores províncias produtoras são Quebec com 8,7 toneladas hab/ano e Ontário com 12,1 toneladas hab/ano. O professor ressaltou ainda que o licenciamento e planejamento da atividade estão concentrados em um único ministério.

A palestra do geólogo Akimoto apresentou o tema “Compatibilização Ambiental das Atividades de Mineração”. Na ocasião, ele afirmou que o planejamento, em todas as fases da empresa, é fator fundamental para a compatibilização. Akimoto enfatizou que um bom trabalho técnico pode abrir as portas do diálogo



Da esquerda para a direita: Marcel Fantin, Hércio Akimoto, Ayrton Sintoni, Hildebrando Herrmann e Fernando Valverde

com o poder público e a sociedade e mudar uma legislação, como ocorreu com o próprio município de São Paulo, que possui em seu Plano Diretor uma Zona Especial de Produção Mineral, onde o município manifesta enfaticamente o interesse público de manter e promover as atividades de extração mineral. O destaque foi a apresentação de diversos exemplos positivos ocorridos na região do Vale do Ribeira, Minas Gerais e São Paulo, além de diversas áreas em São Paulo e no exterior que eram antigas minerações, e que foram recuperadas e tem outro uso ou atividade.

Akimoto finalizou, citando a importância da reciclagem de resíduos da construção civil, esclarecendo que a Europa e o Canadá trabalham com este conceito há muitos anos, enquanto no Bra-

sil ainda estamos no começo. "O ideal é misturar e compor o material natural com o reciclado. Precisamos ter um produto de qualidade e resistência e criar espaços e exemplos de reciclagem. Buscar melhorias e novos exemplos para o país," afirmou Akimoto.

Em sua apresentação, Fernando Valverde enfatizou a importância da Mineração de Agregados em áreas urbanas e o consumo dos mesmos, argumentando que com a falta de areia e brita em locais acessíveis, o preço do produto tende a subir. "O ordenamento territorial é o instrumento de política pública fundamental para a sustentabilidade e competitividade da mineração de agregados", concluiu Valverde.

O representante do subsecretário de Mineração, engenheiro de minas Ayrton Sintoni, apre-

sentou os planos do governo e metodologia para elaboração de Planos Diretores de Mineração para a Região Metropolitana de Campinas e outras áreas.

Segundo a geóloga Glaucia, estiveram presentes na Oficina, os representantes da prefeitura de Campinas, CETESB Jundiaí, Prefeitura de Itupeva, DNPM-SP, SMA/CBRN – Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais, CETESB Americana, Prefeitura de Bofete e Prefeitura de Jaguariúna. "Quero agradecer a presença de todos e mostrar o quanto a mineração é importante e convidá-los para participar sempre destes eventos. Percebemos que sempre comparecem as mesmas pessoas e hoje conseguimos ter a presença de novas entidades e mostrar o nosso trabalho por outro ângulo," afirmou. ■



Local expertise, global reach

Services tailored to your needs

A comprehensive portfolio of assurance, tax and advisory services.



Av. Paulista, 1765 – 10º andar - São Paulo - Brasil - Tel: 55 | 11 3883-1600 - www.ppc.com.br

A member of Nexia international, a worldwide network of independent accounting and consulting firms - www.nexia.com

EXTRAÇÃO DE AREIA E A DINÂMICA HIDROSEDIMENTAR NO ALTO CURSO DO RIO PARANÁ NA REGIÃO DE PORTO RICO (PR)

Por ¹Daniel Nery dos Santos ²José Cândido Stevaux

Introdução

O rio Paraná é formado pela confluência dos rios Grande e Paranaíba (Latitude 20°S) em território brasileiro e tem sua foz no estuário do rio Prata, nas proximidades da cidade de Buenos Aires (Latitude 34°S) na Argentina, após percorrer 3.800 km e drenar uma área de 2.800.000 Km², com uma descarga média em sua foz de 18.000 m³/s. Em termos de descarga, o rio Paraná é considerado como, o décimo rio no mundo, e a segunda maior bacia de drenagem da América do Sul (LATRUBESSE et al., 2005, MEYBECK., 1987, apud. STEVAUX, et al., 1997).

Atualmente, grande parte da rede hidrográfica do rio Paraná em território brasileiro encontra-se sob o controle de barragens. Somente nos 200 km compreendidos entre a barragem de Porto Primavera e o remanso do lago de Itaipu o rio corre em seu leito natural.

No alto curso do rio Paraná, na região de Porto Rico, as características geomorfológicas e sedimentológicas, foram abordadas por Santos et al. (1989, 1992), Fernandez (1990, 1995), Santos (1991), Santos et al. (1992), Souza Filho (1993) e Stevaux (1993, 1994) e Stevaux et al. (1995). Nestes trabalhos, são discutidos aspectos relacionados à gênese e natureza dos depósitos arenosos, fácies sedimentares, geologia e estratigrafia dos depósitos e morfologia e sedimentologia das formas de leito.

No Brasil, 90% da areia é produzida de extração em leito de rios, segundo relatório do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM, 2002).

Este estudo analisou o processo de extração de areia no canal do alto curso do rio Paraná, na seção da cidade de Porto São José no Estado do Paraná (Figura 1), e avaliou as consequências

dessa atividade mineradora para o sistema fluvial, como a relação e carga de fundo e a quantidade de extração de areia e a resposta ao processo. Foram feitas três campanhas aos pontos de extração de areia ao longo do canal, onde se observou as técnicas adotadas e equipamentos utilizados nessa atividade, além da quantidade de areia extraída e sua granulometria. De forma geral, a extração de areia no canal do alto curso do rio Paraná, vem cumprindo com o papel de redução dos impactos ambientais negativos nas áreas mineradas, através de ações mitigadoras. Para uma avaliação mais detalhada, na segunda campanha de estudo, selecionou-se duas dragas para acompanhar todo o processo de extração de areia, onde notou-se uma infraestrutura que contempla o desenvolvimento sustentável, que tanto é alvo de muitas empresas. Na terceira campanha foi feito um levantamento batimétrico com o aparelho ecossonda (ADCP - Perfilador Doppler Acústico) nos pontos de extração de areia ao longo do canal.

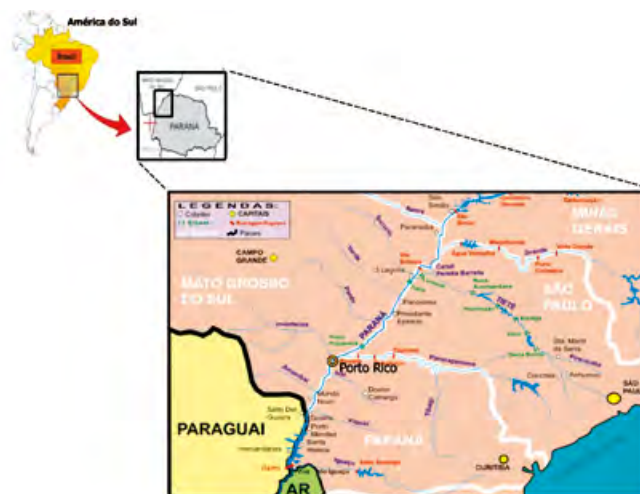


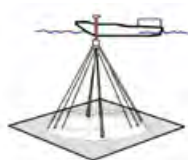
Figura 1 – Mapa de localização da área de estudo. Porto Rico (PR)

1. Materiais, Métodos e Técnicas

A pesquisa foi composta pelas etapas de compilação bibliográfica de textos técnicos pertinentes ao tema em estudo e trabalhos de campo, voltados ao estudo da área de mineração no canal do rio Paraná. Na primeira fase foi realizada uma compilação das informações bibliográficas com abrangência dos seguintes temas: a) técnicas utilizadas nos processos de extração de areia em leito de rios, incluindo os equipamentos mais utilizados; b) formas de avaliação dos resultados no processo de extração mineral, com suas conseqüências para o sistema fluvial, levando em consideração indicadores de desenvolvimento sustentável; e c) qual a resposta do rio ao processo de extração de areia em seu canal, o quanto isso é perceptível em mudanças nos últimos 50 anos. A avaliação das informações obtidas tratou de destacar a aplicabilidade das técnicas adotadas em extração de areia em canal de rio. Foram realizadas três campanhas de quatro dias, cada uma delas em diferentes períodos no rio Paraná, para coleta de dados em campo. Estes trabalhos tiveram como base de apoio o NUPÉLIA da Universidade Estadual de Maringá, que incluíram:

Levantamento batimétrico: Para esta atividade utilizou-se eco-sonda (FURUNO) acoplada a GPS. Foram efetuadas cerca de 10 seções transversais em trechos do canal do rio onde há maior atividade mineradora de extração de areia.

Velocidade e características de fluxo: Foram realizados levantamentos locais de velocidade e estrutura de fluxo por meio de um Perfilador Doppler Acústico (Figuras 2 e 3) de corrente (ADCP). Como a intenção era avaliar a perturbação do fluxo causada pela dragagem, foram executados levantamentos nos locais e no momento em que as dragas estavam em atividade.



Perfilador Doppler Acústico, acoplado ao barco mapeando as formas de leito no fundo do rio.

Figura 2 – Representação esquemática do trabalho do barco com o Perfilador Doppler Acústico mapeando as formas de leito no fundo do rio Paraná



O mapeamento é feito nos sentidos longitudinais e transversais do fundo do leito do rio, como mostra o esquema da figura 3.

— Seções longitudinais
— Seções transversais

Figura 3 – Representação das seções de mapeamento batimétricos do rio

2. Apresentação de Dados e Conclusão

Dependendo do regime fluvial e da disponibilidade de material para transporte, a areia que está sendo transportada pode acumular em grandes corpos submersos (barras arenosas submersas) ou eventualmente aflorar à superfície do rio. Seja qual for o tipo de barra, sua presença no rio é relativamente efêmera e sua distribuição, embora controlada pelas características do fluxo, tem um caráter aparentemente errático e varia, geralmente, a cada evento de cheia, podendo ser acrescida ou desaparecer (ser transportada pelo rio).

Alterações nas características tanto do fluxo como, da carga do material transportado (quantidade e textura), pode constituir ou erodir depósitos pré-existent no canal. Martins e Stevaux (2006), determinaram a velocidade de migração, o tamanho e morfologia das formas de leito do rio Paraná em diferentes períodos no ciclo hidrológico (cheias e águas baixas), concluindo posteriormente Stevaux; Martins; Meurer (2008) que as características das formas de leito desse rio modificou acentuadamente após o fechamento do reservatório Engenheiro Sérgio Motta.

A área de extração de areia, objeto do presente estudo, situa-se num trecho do rio Paraná de aproximadamente 6 km, entre a foz do rio Paranapanema e o distrito de Porto São José (Município de São Pedro do Paraná – PR). Esse trecho constitui também a fronteira tríplice entre os Estados do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, e incluem, além do citado, os municípios de Rosana (SP), Porto Rico (PR) e Taquarussu (MS). As principais cidades mais próximas da região são: Maringá (PR) a 180 km; e Presidente Prudente (SP) a 204 km de Nova

Andradina (MS). Os principais centros consumidores da areia extraída são: Maringá e Londrina, ambas no Estado do Paraná.

No trecho de estudo (Figura 1) entre as cidades de Porto Rico e Porto São José, no Estado do Paraná, o rio Paraná apresenta multicanal com braços separados, com classificação de anastomosado, caracterizado por sucessivas ramificações e posteriores reencontros de seu curso, separando ilhas assimétricas e barras arenosas (Stevaux, 1994).

A extração de areia nesta seção do rio Paraná representa um volume entre 50.000 e 60.000 m³/mês, que representa uma média de 55.000 m³/mês, correspondendo a 660.000 m³/ano. A taxa de extração de areia é de 1800 m³/dia, o que equivale a uma tonelagem média de 2700 ton/dia (Santos, 2008). Por outro lado, a carga de fundo transportada diariamente pelo rio nesse trecho foi estimada por Martins e Stevau (2005), em 2.820,6 ton/dia. A relação extração/carga de fundo mostra um valor maior de carga de fundo em relação a quantidade de material extraído, como explicado no quadro abaixo:

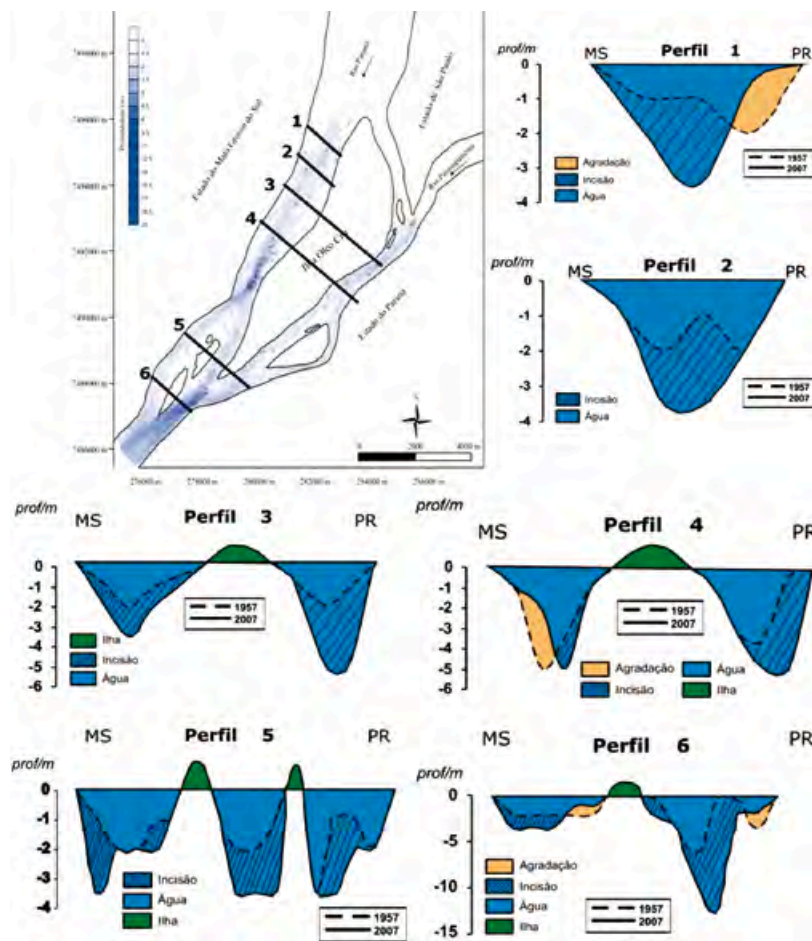
Relação da carga de fundo e extração de areia:

2.700 ton/dia X 30 dias = 81.000 ton/mês	Levantado em consideração os valores de carga de fundo e a extração de areia, temos um excedente mineral à ser explorado de: aproximadamente 3.000 ton/mês. 84.000 - 81.000 = 3.000 ton/mês
2.820 ton/dia X 30 dias = 84.000 ton/mês	
extração de areia	
carga de fundo	

O levantamento batimétrico do alto curso do Rio Paraná, na Região de Porto Rico (PR), mostram uma clara tendência de incisão do canal, ou seja, de aprofundamento. Esse comportamento se repete nas áreas de intensa mineração e igualmente nas áreas ao longo do canal onde não há extração de areia do fundo do rio. As batimetrias mostram a atual forma de fundo do rio e as formas

de 1957, podendo assim comparar o comportamento do fundo do leito em um intervalo de tempo dos últimos 50 anos.

O perímetro estudado do rio Paraná não apresenta um perfil de desequilíbrio, nem alterações que possam ser associadas à extração de areia em seu leito. No entanto, o ajuste de um rio a uma nova situação, como por exemplo, uma intervenção antrópica, pode mascarar outros fatores que influenciariam numa mudança do sistema fluvial, como alterações das condições climáticas regionais, que modificam o índice de pluviosidade e vegetação da bacia hidrográfica. Por isso, não podemos apontar um único fator como responsável para mudanças ou ajuste de um rio. Assim, pode-se concluir que a extração de areia no alto curso do rio Paraná na região de Porto Rico (PR) não tem provocado mudanças no perfil do sistema fluvial. ■



1 Universidade Estadual Paulista– Unesp/Rio Claro - danielnery@rc.unesp.br
 2 Universidade Estadual de Maringá – UEM - jcstevaux@uem.br

NOVA SÉRIE G. TEMPOS DE CICLO MAIS RÁPIDOS.



As novas carregadeiras de rodas da Série G, L150G, L180G e L220G, apresentam 20% a mais de força de levantamento e 10% a mais de força de desagregação. Os novos motores e transmissões proporcionam maior produtividade, menos emissões, maior facilidade de manutenção e ainda mais conforto para o operador. Caçambas cheias, tempos de ciclo mais rápidos e produtividade aumentada - o dia todo, todos os dias. www.volvoce.com

VOLVO CONSTRUCTION EQUIPMENT



OS PRINCIPAIS ASPECTOS DAS NOVAS REGRAS PARA LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Por Fabiana Figueiró e Bibiana Azambuja da Silva



Bibiana Azambuja da Silva

Advogada, Especialista em Direito Ambiental, professora convidada da UFRGS e Coordenadora da Área Ambiental do Escritório Veirano Advogados de Porto Alegre.



Fabiana Figueiró

Advogada, especialista em Direito Ambiental e em Direito Criminal, sócia do Escritório Veirano Advogados de Porto Alegre.

Há muito são aguardadas regras que melhor definam a competência dos entes da federação para realizar o licenciamento ambiental e fiscalizar o cumprimento das normas que têm por finalidade a proteção do meio ambiente. Diante de casos práticos, estabelecer que cabe à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios tais tarefas, como o faz a Constituição em seu artigo 23, não é suficiente para suprir as inúmeras dúvidas que surgem. A própria Constituição, quando promulgada em 1988, já indicava a necessidade de Lei Complementar que regulamentasse o assunto.

Apenas recentemente, no dia 09 de dezembro de 2011, foi publicada a Lei Complementar nº 140/2011, que fixa normas para a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativa à proteção do meio ambiente e ao combate da poluição.

A definição das competências de cada ente federativo é relevante, pois atribui à Administração o poder (e dever) de agir, dentro de certos limites, cuja observância enseja melhor desempenho e efetividade das políticas públicas, bem como maior segurança jurídica aos administrados.

Não raras vezes, houve o enfrentamento de impasses e dúvidas, tanto por parte do Poder Público, quanto por parte dos administrados, sobre o órgão ambiental competente para licenciar uma determinada atividade. Em muitos casos, processos de licenciamento foram inteiramente anulados, culminando em desperdícios de recursos humanos e materiais. Ademais, em função da ausência de clareza da competência fiscalizatória comum entre os entes administrativos, órgãos estatais diversos lavraram autos de infração em face da mesma conduta ou atividade entendida como lesiva ao meio ambiente, redundando dupla punição pelo mesmo ato infracional e disputas administrativas e judiciais sobre o tema.

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, ante a ausência da Lei Complementar, o exercício das competências administrativas dos órgãos ambientais fundamentava-se em normativas infraconstitucionais esparsas. Em linhas gerais, pode-se citar, a título de exemplo, a adoção de dispositivos da Lei Federal nº 6.938/81, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente e, ainda, da Resolução nº 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, que dispõe sobre o licenciamento ambiental. Tais normas, contudo, sempre estiveram muito aquém das reais necessidades de regulamentar as competências administrativas ambientais. A partir de agora, com a publicação da Lei Complementar prevista no artigo 23 da Constituição Federal, surgem novos limites e possibilidades de atuação por parte dos órgãos públicos. Apesar de não se ter a expectativa de que a nova legislação sirva para solucionar todos os questionamentos que circundam o tema, é importante que os empreendedores estejam a par das mudanças e acompanhem as alterações interpretativas com vistas a garantir a regularidade do planejamento e execução de suas atividades.

Dos instrumentos de cooperação

Preliminarmente ao exame das principais definições com relação à competência para licenciar e fiscalizar, cumpre dizer que a Lei Complementar nº 140/2011 não

só estabelece limites para o exercício de tais atribuições entre os entes federativos, mas também traz diversas diretrizes para promover a cooperação em matéria ambiental. Consórcios públicos, convênios, acordos de cooperação técnica e delegações são alguns dos instrumentos previstos pela nova lei.

Restaram estabelecidas, ainda, as Comissões Tripartites e Bipartites. As Comissões Tripartite serão formadas, paritariamente, por representantes dos Poderes Executivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com o objetivo de fomentar a gestão ambiental compartilhada e descentralizada entre os entes federativos. A Comissão Bipartite do Distrito Federal será formada, paritariamente, por representantes dos Poderes Executivos da União e do Distrito Federal. O objetivo das comissões é o fomento da gestão ambiental compartilhada e descentralizada entre os entes federativos. A organização e funcionamento serão estabelecidos pelos respectivos regimentos internos.

Principais regras de competência para o licenciamento ambiental

No que se refere ao licenciamento ambiental, a Lei Complementar nº 140/2011 distribuiu as atribuições dos entes federativos nos termos a seguir.

Caberá à União o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades: (a) localizados ou desenvolvidos conjuntamente no Brasil e em país limítrofe; (b) localizados ou desenvolvidos no mar territorial, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva, sendo que os empreendimentos cuja localização compreenda concomitantemente áreas das faixas terrestre e marítima da zona costeira será de atribuição da União exclusivamente nos casos previstos em tipologia estabelecida por ato do Poder Executivo, a partir de proposição da Comissão Tripartite Nacional e considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade ou empreendimento; (c) localizados ou desenvolvidos em terras indígenas; (d) localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pela União, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs); (e) localizados ou desenvolvidos em dois ou mais Estados; (f) de caráter militar, excetuando-se do licenciamento ambiental, nos termos de ato do Poder Executivo, aqueles previstos no preparo e emprego das Forças Armadas; (g) destinados a pesquisar, lavar, produzir, beneficiar, transportar, armazenar e dispor material radioativo, ou que utilizem

energia nuclear; (h) que atendam tipologia estabelecida por ato do Poder Executivo, a partir de proposição da Comissão Tripartite Nacional, assegurada a participação de um membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Nota-se, que a Comissão Tripartite Nacional possuirá relevante função, na medida em que definirá a tipologia de atividades a serem licenciadas pela União.

Os Estados licenciarão: (a) atividades ou empreendimentos localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pelo Estado, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs); (b) atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, nas hipóteses em que não se verifique a competência da União ou dos Municípios para tanto. Assim, os Estados exercerão competência executora residual, ou seja, licenciarão atividades não inseridas no âmbito de competência federal ou municipal.

Aos Municípios, por sua vez, restou definida a competência para a promoção do licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos: (a) que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade; (b) localizados em unidades de conservação instituídas pelo Município, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs). Do texto legal destaca-se o poder atribuído aos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente para definir as atividades consideradas de impacto local e sujeitas ao licenciamento municipal.

A definição do ente federativo responsável pelo licenciamento e autorização de supressão e manejo de vegetação, no caso de Áreas de Proteção Ambiental (APAs) considerará, de modo geral, critérios de localização do empreendimento para fins de definição da competência da União ou os casos em que a tipologia estabelecida pela Comissão Tripartite indique o licenciamento pela União. Quando os impactos ambientais causados forem considerados locais, haverá competência municipal. Finalmente, serão atribuídos aos Estados os casos não inseridos nas hipóteses previstas para a União e os Municípios.

Atuação Supletiva para o licenciamento ambiental

A atuação supletiva da União, dos Estados e dos Mu-

nicipios, também foi referida pela Lei Complementar recentemente publicada, a qual trouxe novas possibilidades em casos de omissão no âmbito do licenciamento ambiental. A atuação supletiva é conceituada como a ação do ente da Federação que se substitui ao ente federativo originariamente detentor das atribuições. Restou estabelecido que os órgãos licenciadores devem observar os prazos estabelecidos para tramitação dos processos de licenciamento ambiental. Se transcorrerem os prazos de licenciamento estipulados sem a emissão da licença ambiental pelo órgão em que tramita o respectivo expediente administrativo, restará instaurada a competência supletiva para o exercício do licenciamento.

Embora já existisse previsão em tal sentido nas normativas em vigor, é possível dizer que a Lei Complementar recentemente publicada reforça o direito do empreendedor de ter seu pedido de licenciamento analisado, ao referir expressamente a “substituição” dos entes federativos e a “instauração da competência supletiva”.

Aprovação de manejo e supressão de vegetação

O manejo e a supressão de vegetação serão aprovados de acordo com regras específicas.

Em resumo, à União caberá aprovar o manejo e a supressão de vegetação de florestas e formações sucesoras: (a) em florestas públicas federais, terras devolutas federais ou unidades de conservação instituídas pela União, exceto em APAs; (b) decorrentes de atividades ou empreendimentos licenciados ou autorizados, ambientalmente, pela União.

Aos Estados caberá aprovar o manejo e a supressão de vegetação de florestas e formações sucessoras: (a) em florestas públicas estaduais ou unidades de conservação do Estado, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs); (b) em imóveis rurais, observadas as atribuições da União indicadas nos casos acima; (c) decorrentes de atividades ou empreendimentos licenciados ou autorizados, ambientalmente, pelo Estado.

Os Municípios, observadas as atribuições da União e dos Estados, aprovarão a supressão e o manejo de vegetação, de florestas e formações sucesoras: (a) em florestas públicas municipais e unidades de conservação instituídas pelo Município, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs); (b) em empreendimentos licenciados ou autorizados, ambientalmente, pelo Município.

A autorização para manejo e supressão de vegetação em situações ou áreas não previstas na Lei

Complementar obedecerá os termos da legislação que estiver em vigor.

Principais regras para exercício da competência fiscalizatória

O exercício do controle e fiscalização das atividades e empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental caberá ao ente com atribuição para o licenciamento ambiental, nos termos da nova legislação.

Contudo, o ente administrativo que tiver conhecimento da degradação ambiental ou da sua iminência, deverá determinar as medidas para evitá-la, fazer cessá-la ou mitigá-la, comunicando o órgão competente para as providências cabíveis.

Assim, tem-se que o novo texto não impede o exercício da atribuição comum de fiscalização da conformidade de empreendimentos e atividades com a legislação ambiental. Restou estabelecido, apenas, que prevalecerá “o auto de infração ambiental lavrado por órgão que detenha a atribuição de licenciamento ou autorização”.

Aplicação da Lei Complementar nº 140/2011 no tempo e interpretação frente a outras normas

É importante referir que as regras estabelecidas pela Lei Complementar nº 140/2011 aplicam-se apenas aos processos de licenciamento e autorizações ambientais iniciados a partir de sua vigência, ou seja, a partir de 09 de dezembro de 2011. A vigência de algumas de suas disposições, contudo, depende de regulamentações futuras. Destaca-se que a competência municipal para o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, ficou atrelada à definição das tipologias de tais empreendimentos, a serem definidas pelos respectivos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente.

Considerando a complexidade das questões ambientais e a gama de normativas que tratam das atribuições dos entes administrativos, em âmbito Federal, Estadual e Municipal é importante que os empreendedores, por meio de suas equipes técnicas e jurídicas acompanhem as discussões que serão travadas no sentido de interpretar e regulamentar a Lei Complementar em referência. ■

Viva o Progresso.

Escavadeira hidráulica R 944C.

- Confortável posto de comando ergonomicamente desenvolvido com as mais avançadas técnicas
- Elevada força de escavação e de arrancamento combinadas com a mais alta performance hidráulica
- Componentes do sistema de acionamento produzidos pela Liebherr com perfeita compatibilidade
- Potência efetiva, alto grau de eficiência e vida útil longa



Liebherr Brasil Guindastes
e Máquinas Operatrizes Ltda.
Rua Dr. Hans Liebherr, no.1 - Vila Bela
CEP 12522-635 Guaratinguetá, SP
Tel.: (012) 31 28 42 42
E-mail: info.lbr@liebherr.com
www.liebherr.com.br

LIEBHERR

The Group

GOVERNADOR DE SÃO PAULO RECEBE O PRESIDENTE DO CONSELHO DA ANEPAC

Em audiência no Palácio dos Bandeirantes o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, recebeu o presidente do Conselho de Administração da Anepac, Ednilson Artioli.

Na oportunidade, Artioli agradeceu o Governador pela criação da Subsecretaria de Mineração, informando que a medida veio ao encontro de antigo anseio dos mineradores do Estado. Por ser a mineração paulista essencial para a atividade econômica do Estado deve ser considerada estratégica e, portanto, dotada de um tratamento de gestão específico, disse o Governador na ocasião.



Ednilson Artioli e Geraldo Alckmin

PROJETO DE LEI PREVÊ APROVEITAMENTO DE AGREGADOS

Está em tramitação na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 547, de 11 de outubro de 2011, que institui o Plano Nacional de Proteção à Defesa Civil e dá outras providências. No art. 23 deste Projeto de Lei está prevista a modificação

do art. 3º-A, cujo inciso V do parágrafo 2º tem a seguinte redação:

“Art. 3º-A – O Governo Federal instituirá cadastro nacional com áreas susceptíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou hidrológicos correlatos, conforme regulamento.

§ 2º - Os municípios incluídos neste cadastro deverão:

V – elaborar carta geotécnica de aptidão à urbanização, estabelecendo diretrizes urbanísticas voltadas para a segurança dos novos parcelamentos do solo e para o aproveitamento de agregados para a construção civil.”

2º SIGMA - SIMPÓSIO GEOCIÊNCIAS E MEIO AMBIENTE

De 29 a 30 de maio de 2012, o Instituto Geológico realizará o evento “2º SIGMA - Simpósio Geociências e Meio Ambiente”. Nele, serão apresentadas palestras e trabalhos científicos, com a promoção de debates sobre as Geociências e o Meio Ambiente. Ocorrerão também dois Seminários: 1º

Seminário de Iniciação Científica em Geociências, no dia 29 de maio de 2012, com apresentação de trabalhos de atividades de pesquisa em Geociências de graduandos; e Seminário Anual do Instituto Geológico – SAIG, no dia 30 de maio de 2012, com apresentação dos principais resultados dos projetos

desenvolvidos na Instituição e discussão do Programa de Modernização da Infraestrutura de Pesquisa do Instituto Geológico. Os resumos serão publicados no volume especial do Boletim do Instituto Geológico - edição digital. As inscrições são gratuitas. Mais informações: pibicig@gmail.com.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CNI – ANA

A água é um recurso essencial para a produção industrial e por isso, a CNI assinou o Acordo de Cooperação Técnica com a Agência Nacional de Águas (ANA), na primeira reunião de 2012, do Conselho Temático de Meio Ambiente da Indústria (COEMA). O Acordo prevê uma aproximação entre o setor industrial e a Agência, visando estudar mecanismos para promover e viabilizar o uso eficiente da água pela indústria, através do acesso do setor industrial aos recursos obtidos pela cobrança do uso da água. A cobrança é um instrumen-

to econômico institucional de gestão das águas. Através do acesso aos recursos arrecadados, o setor produtivo poderá participar de processos ricos em ciência e tecnologia, que promovam o uso mais eficiente da água. Além disso, esse Acordo prevê a troca de informações entre a Agência e os empresários do meio industrial. Essas informações auxiliam a gestão dos recursos hídricos e contribuem para a melhoria na eficiência do uso da água.

No primeiro ano de vigência do Acordo, as seguintes atividades serão desenvolvidas:

Estudos para viabilizar a criação de um portal da Internet, conectado com os sítios da ANA e CNI; Inserção da vertente Promoção do uso eficiente da água no Programa de Produção Mais Limpa; Estudos de Linhas de Crédito para a Modernização do Uso da Água e do Lançamento de Efluentes na Indústria; Promoção de Eventos e Capacitação.

O documento foi assinado pelo presidente do COEMA, Olavo Machado, e o presidente da ANA, Vicente Andreu Guillo, e terá vigência até 31 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIOS MINERADORES DO BRASIL COBRAM MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO



No dia 13 de março último, houve reunião no Ministério de Minas e Energia em que a Associação dos Municípios Mineradores do Brasil (AMIB) discutiu com funcionários do MME o andamento do projeto de lei do Novo Marco Regulatório da Mineração. Participaram da reunião Danilo de Jesus Vieira Furtado, assessor especial do Ministério, representando o Ministro Edison Lobão; Claudio Scliar, secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME; Marco Antônio Valadares Moreira, diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral; Anderson Cabido, prefeito do Município de Congonhas – MG e presidente da AMIB; Samir Nahass, assessor de Assuntos Internacionais do MME; Eugenio Pinto, prefeito do Município de Itaúna – MG; Saulo Morais, prefeito do Município de Catas Altas - MG; Claudenir José, prefeito de Arcos - MG; Ruitter Cunha de Oliveira, prefeito de Corumbá - MS; e Moisés Rocha, representando o município de Itagibá - BA.

O Novo Marco Regulatório da Mineração, que está sendo elaborado pela Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, conta com a colaboração técnica da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil - AMIB e da Associação dos

Municípios Mineradores de Minas Gerais – AMIG. O modelo proposto terá como base um sistema regulatório mais eficaz para a indústria mineral brasileira, removendo os obstáculos que dificultam o desenvolvimento das atividades produtivas e garantindo um melhor aproveitamento dos recursos minerais do país.

Cláudio Scliar garantiu que o novo marco regulatório do setor de mineração deve ser encaminhado logo ao Congresso Nacional e que a expectativa do governo é que as mudanças sejam aprovadas ainda este ano. “Estamos finalizando a discussão com a Casa Civil e com a presidenta Dilma Rousseff, mas não posso dar uma data. Nosso trabalho está bem feito e é óbvio que vamos ter uma longa discussão no Congresso sobre cada um dos pontos do novo código”. Segundo Scliar, já há consenso sobre os principais pontos da proposta que pretende substituir a atual legislação, em vigor desde 1967.

O marco regulatório da mineração vai estabelecer novos critérios para a cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), que é o royalty que incide sobre o minério extraído. Também estão previstas licitações para a exploração das jazidas. Segundo o secretário, o novo código vai estabelecer que apenas pessoas jurídicas poderão explorar recursos minerais e, também, irá determinar prazos para validade das licenças de exploração.

O novo modelo de CFEM objetiva promover uma justa redistribuição dos benefícios econômicos que a mineração gera, considerando o papel que os bens minerais exercem na sociedade e na economia brasi-

leira, bem como melhorar o usufruto dessa riqueza por todos os atores que compõem o setor. O novo modelo propõe alterações na forma de cálculo, nos critérios de distribuição e uso da CFEM, passando por aperfeiçoamento nos procedimentos de arrecadação, fiscalização e cobrança. Com essa proposta, o MME quer aprimorar e dar mais transparência à sistemática da CFEM, tornar mais justa a distribuição da riqueza gerada pela mineração, bem como estimular o desenvolvimento de municípios produtores.

Ruitter Cunha de Oliveira solicitou a inclusão de representantes dos municípios no Conselho a ser criado junto com o Marco Regulatório. Anderson Cabido contou com o apoio dos demais prefeitos presentes na reunião para cobrar a promessa de campanha feita pela Presidente Dilma Rousseff aos prefeitos mineiros. Danilo de Jesus Vieira Furtado afirmou que existe um compromisso histórico do governo federal com os municípios mineradores iniciado com o Presidente Lula. “Se os Prefeitos não saem com uma resposta clara, saem com uma confirmação de que a vontade política do governo de fazer valer o novo marco é tão clara, e se não fosse, não existiria esse cenário de discussões”.



DRM-RJ DISPONIBILIZA MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE PEDREIRAS DE BRITA

O Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro - DRM-RJ elaborou um mapa com a localização de extrações de brita no entorno imediato do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. O mapa foi elaborado pela Diretoria de Mineração e pela Coordenadoria de Geoprocessamento para atender à Secretaria

de Obras do Estado – SEOBRAS - e teve como objetivo principal subsidiar as ações estratégicas do Governo do Estado de forma a atender, de forma racional, a demanda por brita proveniente da construção das estruturas do Arco Metropolitano, além das demais obras dos projetos como Minha Casa, Minha Vida;

estruturas de apoio à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016. O Mapa se encontra disponível em www.drm.rj.gov.br, na seção de downloads. Maiores informações com Debora Toci (deboratoci@drm.rj.gov.br) ou acesse o perfil do DRM-RJ no Facebook (<http://www.facebook.com/informedrm>).

INTERMAT 2012 PREMIA INOVAÇÃO

A feira INTERMAT 2012, que se realizou de 16 a 21 de abril no parque de exposições Paris-Nord Villepinte, trouxe uma novidade, a INTERMAT Innovation Awards (Prêmio de Inovação INTERMAT), um concurso que faz reconhecimento à inovação mundial na área da construção. A Intermat tem sido uma vitrine onde a inovação do setor de materiais de construção e dos equipamentos que executam os trabalhos são lançados e demonstrados. Essa inventividade e atenção às necessidades dos usuários foram reconhecidos pelo Prêmio. Um júri internacional de 11 especialistas europeus escolheu entre os projetos apresentados pelos expositores do Intermat 2012 os produtos que vão receber esse prêmio pela inovação. Foram recompensados materiais, téc-

nicas, serviços e produtos que contribuem ao progresso da indústria da construção e dos materiais de construção.

Quatro categorias receberam o prêmio: Equipamentos e máquinas para obras públicas, minas e pedreiras; materiais de construção; componentes, equipamentos e ferramentas; equipamentos de manutenção e serviços. Cada uma das categorias têm três prêmios: ouro, prata e bronze. Além de apresentar uma característica inovadora, os produtos devem trazer um progresso significativo na concepção técnica e nas tecnologias utilizadas ou ainda apresentar avanços em termos de economia, de funcionamento, de utilização ou de desenvolvimento durável. Evidentemente, os produtos devem atender às normas europeias em

vigor. Um prêmio especial de Conformidade Ambiental também foi dado envolvendo todas as categorias a uma inovação que contribua ao respeito pelo meio ambiente.

Os Innovation Awards INTERMAT 2012 ilustram a diversidade dos setores aos quais os materiais são os meios de produção essenciais. Nas construções, são a estrutura e a finalização; nas obras públicas, a terraplanagem, a via e a engenharia; nos serviços que contribuem para a construção, as pedreiras, cavas e minas e as fábricas onde materiais são fabricados ou montados. Os prêmios foram divulgados em Paris na pré-INTERMAT em 13 de janeiro último e os prêmios foram entregues durante a feira. A lista dos premiados pode ser vista no site da Intermat 2012.

5º SIMEXMIN EM OURO PRETO

A quinta edição do Simpósio Brasileiro de Exploração Mineral - SIMEXMIN, simpósio promovido a cada dois anos pela Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira - ADIMB, será realizado de 20 a 23 de maio de 2012, em Ouro Preto, MG, com a co-promoção da Society of Economic Geologists -

SEG. Em paralelo, acontece a feira EXPOSIMEXMIN, que congrega empresas dos diversos setores da exploração mineral e profissionais do setor mineral brasileiro. O evento tornou-se um fórum de referência em exploração mineral que congrega a comunidade brasileira e internacional do setor para discutir os avanços e desafios

da exploração mineral. As discussões envolverão temas técnicos, econômicos, políticos, legais e de financiamento. O SIMEXMIN representa também uma oportunidade de negócios de prospectos e de serviços para exploração mineral. Para os interessados, as inscrições para o Simexmin 2012 vão até 11 de maio.

PIAÚÍ CRIA SECRETARIA DE MINAS, PETRÓLEO E ENERGIAS RENOVÁVEIS

O advogado e professor Luiz Gonzaga Paes Landim foi empossado no dia 17 de janeiro de 2012 como secretário estadual de Mineração, Petróleo e Energias Renováveis do Piauí. O novo secretário assumiu o car-

go garantindo que promoverá a articulação do Governo do Piauí com órgãos do Governo Federal e investidores das áreas de mineração e produção energética, visando ao desenvolvimento do Estado e melhoria de vida da

população. A solenidade aconteceu no Palácio de Karnak. A criação da Secretaria Estadual de Mineração, Petróleo e Energias Renováveis foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Piauí no fim de 2011.

IBRAM - 2º CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO MINERÁRIO

De 2 a 4 de maio, será realizado no Hotel Pestana, em Salvador - BA, o 2º Congresso Internacional do Direito Minerário, promovido pelo Ibram. Informações podem ser obtidas e inscrições podem ser feitas no site www.direitominerario.org.br.

DEMANDA GLOBAL POR ADITIVOS PARA CIMENTO E CONCRETO EM 2015

Demanda mundial por aditivos para cimento e concreto deve crescer 8,3% por ano. Chegando a 15,8 bilhões de dólares em 2015, uma melhora considerável sobre o quinquênio 2005-2010. Durante os próximos cinco anos, prevêem-se dificuldade e declínio nos principais mercados, principalmente Estados Unidos, mas também na Itália, Japão, Espanha e Grã-Bretanha, ofuscando parcialmente grandes ganhos no Brasil, China, Índia e numerosos mercados menores. Estas e outras tendências são apresentados no novo estudo do The Freedonia Group Inc. "Aditivos para Cimento e Concreto". Pela previsão, ganhos de mercado serão reforçados pela recuperação do mercado de construção americana. Melhoras na Europa Ocidental e Japão, embora menor que a média global, serão significativas para reforçar a demanda total devido ao fato de que eles consomem volumes muito maiores de aditivos por tonelada de cimento que os grandes mercados de cimento como a China, Índia, Brasil, Vietnã e Egito. No mercados em desenvolvimento, o crescimento será reforçado por níveis altos da atividade construtiva, aumento do consumo de cimento e crescente consumo de aditivos para reduzir o tempo de construção, diminuir custos de mão de obra e aproximar as práticas de

construção em concreto com padrões mais altos dos mercados desenvolvidos (ex. países da Europa Oriental buscando atingir padrões da União Europeia). Na Índia, demanda será reforçada pelo maior uso de cimento em grandes projetos de infraestrutura, incentivos para usar resíduos industriais como aditivos minerais e esforços para melhorar as características de performance dos produtos de concreto. Na China, que já é o maior mercado mundial para aditivos, a maior demanda por redutores de água (superplastificadores) e outros produtos especiais vai aumentar os valores totais.

O uso de aditivos minerais em formulações de concreto está expandindo devido aos esforços para reduzir o consumo total de cimento e levar em consideração os atributos de performance de resíduos industriais como cinzas e escórias de alto-forno. O crescimento dos aditivos químicos será liderado pelos redutores de uso de água. O segmento de fibras deve experimentar o crescimento mais rápido, devido ao efeito de ricochete em muitos mercados-chave e crescimento de uso de aditivos fibrosos em mercados onde seu uso tem sido pouco comum.

DEMANDA MUNDIAL DE ADITIVOS (milhões dólares)					
Crescimento(%)					
Item	2005	2010	2015	2005-2010	2010-2015
Demanda por aditivos	8565	10600	15800	4.4	8.3
América do Norte	2570	2130	3605	-3.7	11.1
Europa Ocidental	2342	2550	3430	1.7	6.1
Ásia/Pacífico	2727	4385	6445	10.0	8.0
América do Sul e Central	124	223	330	12.5	8.2
Europa Oriental	400	592	845	8.2	7.4
África / Oriente Médio	402	720	1145	12.4	9.7

VENDAS DA CATERPILLAR NO MUNDO SOBEM 21% EM TRÊS MESES

A Caterpillar informou que suas vendas globais de máquinas para construção e mineração subiram 21% nos três últimos meses até fim de fevereiro. Aumento forte de vendas na América do Norte ajudou a compensar vendas nas outras partes do mundo. Trata-se do 22º período de três meses seguidos de aumento de vendas da CAT, embora as vendas na maioria dos mercados, particularmente na América Latina e Europa, venham mostrando redução devido ao menor crescimento econômico.

Na América do Norte, maior mercado da Caterpillar, as vendas cresceram 39% em fevereiro em relação ao ano anterior, menor que os 47% e 51% observados em janeiro e dezembro respectivamente. Embora o

mercado de construções residencial e comercial esteja morno, as vendas da CAT dispararam devido à reposição de máquinas desgastadas feitas pelos usuários e ao aumento de frota das concessionárias para seus negócios de aluguel de máquinas. Vendas na Europa, África e Oriente Médio subiram 13% em fevereiro após crescimento de 16% em janeiro e de 18% em dezembro.

As vendas na América Latina continuam a se desacelerar devido ao menor crescimento econômico. Em relação ao ano anterior, as vendas em fevereiro cresceram 6%, comparadas a 13% e 10% de janeiro e dezembro. Como as vendas na região em 2010 foram muito fortes, sendo o melhor mercado com melhor per-

formance em função da expansão da atividade de construção e mineração em países como o Brasil que aumentou a demanda por equipamentos, a comparação deve ser relativizada. As vendas na Ásia cresceram 20% em fevereiro, enquanto janeiro e dezembro mostraram crescimento de 25% e 31% respectivamente em comparação a um ano antes.

No mercado de motores, as vendas totais cresceram 13% em fevereiro, enquanto janeiro teve 22% e dezembro 18%. Para a indústria do petróleo, os números foram 22%, 29% e 33%, para a geração de energia, 6%, 24% e 23% e para uso industrial, 1% de queda em fevereiro e aumento de 1% em janeiro e 3% em dezembro.

BRAZIL ROAD EXPO: TEREX FABRICA USINA DE CONCRETO NO BRASIL

A Terex Roadbuilding Latin America, empresa da Terex Corporation, um dos maiores fabricantes mundiais de equipamentos para construção e infraestrutura, tem como destaque para o Brazil Road Expo 2012 a fabricação no Brasil da sua usina de concreto Bandit 5BR. A Bandit 5BR é uma usina dosadora de concreto versátil com capacidade de produção de até 76,5 m³/h. Ela é composta por uma unidade padrão com dois silos de agregado, com opcional para quatro, e foi projetada para ser abastecida por um carregador ou alimentador. "Este conceito de usina portátil oferece ao cliente redução de custos e tempo em sua montagem. A versatilidade é um ponto forte deste produto, que pode ser configurado para atender às necessidades de operação com mistura pronta de concreto", afirmou Rogério Vidal, gerente de projetos de Engenharia da Terex Roadbuilding. Com silo de cimento alimentado por gravidade, a Bandit 5BR, que é transportada por um caminhão estilo Truck, chega ao cliente totalmente testada de fábrica e com 95% de sua montagem

já realizada. O produto oferece flexibilidade para realocação e, também, facilidade de manutenção dos componentes pneumáticos. Além disso, a calibração de sistema simples otimiza o tempo de set up da máquina, oferecendo alta produtividade.

De acordo com Ivan Reginatto, gerente comercial da Terex Roadbuilding, a participação da empresa na Brazil Road Expo faz parte da estratégia traçada pela companhia de crescer 20% em 2012. "Este evento é muito bem conceituado, principalmente, no Sudeste. A cada ano buscamos destacar um novo produto com o objetivo de mostrar ao mercado o vasto portfólio da unidade. Os participantes aproveitam a oportunidade não só para conhecer detalhadamente as soluções, mas também para estabelecer contato com todas as áreas e fechar contratos, já que todos estarão reunidos no mesmo lugar".

Por ser um produto 100% nacional, é possível adquirir a Bandit 5BR através do FINAME.

Na liderança do setor de máquinas para construção e pavimentação de

rodovias com cerca de 50% de participação no mercado brasileiro, a Terex Latin America por meio de sua divisão Terex Roadbuilding LA é dona de uma linha completa de soluções para pavimentação, construção e manutenção viária, como as usinas de asfalto, vibro acabadoras, recicladoras/estabilizadoras de solo, fresadoras, pavimentadoras de concreto, tanques, entre outros. A Terex Latin America – pertencente à Terex Corporation, um dos maiores fabricantes mundiais de equipamentos para construção - opera em quatro segmentos de negócios: Plataformas Aéreas de Trabalho, Construção, Guindastes e Processamento de Materiais. Com uma ampla gama de equipamentos e serviços para utilização em diversas indústrias, a Terex Latin America é um provedor completo de soluções para a indústria da construção e infraestrutura. A Terex oferece uma linha completa de produtos financeiros e serviços para assistir a aquisição de equipamentos Terex por meio da Terex Financial Services. Mais informações podem ser obtidas em www.terex.com.br.

PAULO CAMILLO DEIXA A PRESIDÊNCIA DO IBRAM

Paulo Camillo Vargas Penna comunicou que deixou de ser presidente do Instituto Brasileiro de Mineração, posto que assumiu em fevereiro de 2006. Neste período de seis anos, Paulo Camillo conseguiu dar grande dinamismo ao Ibram, defendendo com garra e ousadia a mineração brasileira. O setor de agregados é particularmente grato por ter se tornado um dos principais parceiros de Paulo Camillo e do Ibram na defesa dos interesses da mineração. Interinamente, assumiu a presidência do Ibram Rinaldo Mancin.

Abaixo, transcrevemos o comunicado lançado por Paulo Camillo.

COMUNICADO

Em dezembro último, recebi e aceitei convite para uma nova etapa de minha vida profissional que ora se inicia. Deixo, após cinco anos e dez meses, o exercício de Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração, com a certeza de ter cumprido o papel para o qual fui

escolhido em fevereiro de 2006. Nesse período, o Instituto construiu e estabeleceu uma grande visibilidade e ganhou reconhecimento de integrantes dos Poderes nas esferas federal, estadual e municipal, de outras entidades associativas, da mídia e, também, dos próprios Associados do IBRAM, que hoje somam quase duzentos.

É um quadro distante da entidade que encontrei naquele momento. Não se trata aqui de comparações entre ontem e hoje, mas, sim, de constatar a realidade de que o IBRAM se coloca entre as organizações que mais se destacam na missão de bem representar um segmento empresarial.

Instituímos uma organização cuja gestão é administrada por uma diretoria colegiada, sem personalismos, e que conquistou uma marca de competência, responsabilidade e eficiência. Saímos de um orçamento inteiramente custeado pelos Associados, aumentouse em quatro vezes o mesmo, onde três quartos são recursos gerados pela pró-

pria entidade. Nesse mesmo período, cumprindo seu objetivo de representar e defender os legítimos interesses do segmento empresarial da mineração brasileira, com denodo o IBRAM conseguiu evitar medidas que trouxessem prejuízo ao setor.

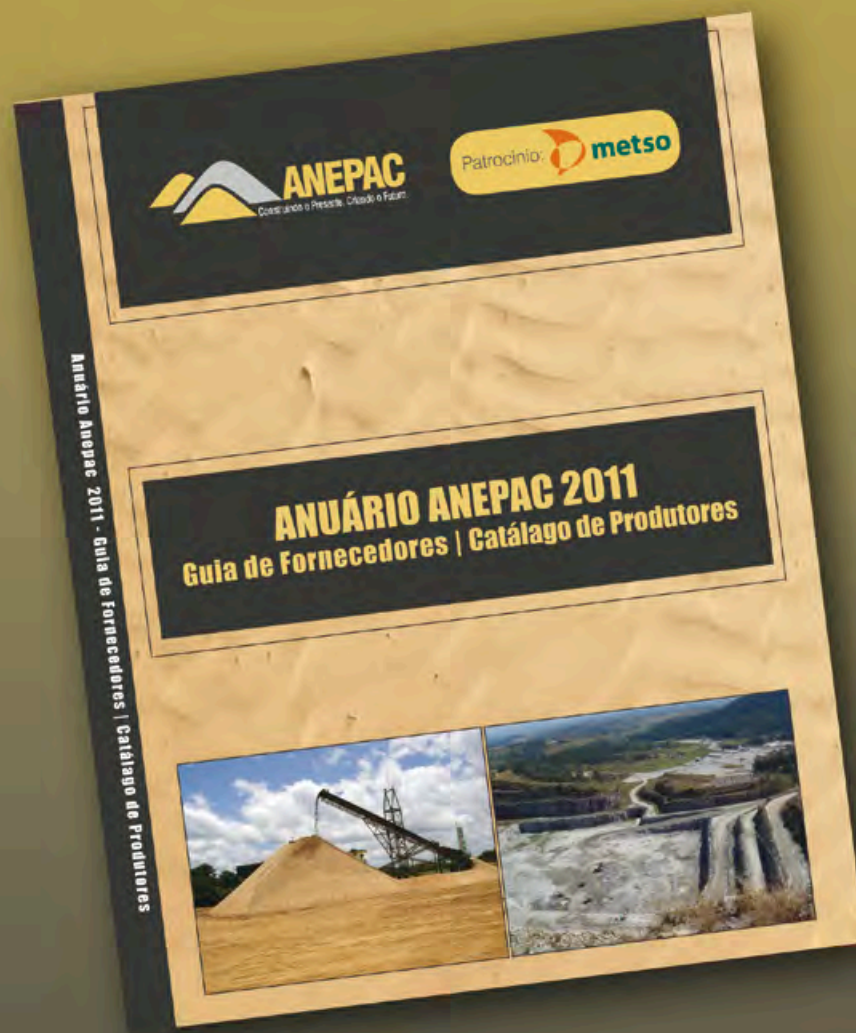
Sempre acreditei que a função de dirigente de entidades como o IBRAM deve ser vista como temporária e chegou a hora de ceder a vez para outro executivo. A decisão de sair do Instituto foi unicamente minha e agora serão outros os desafios e estímulos à minha vida profissional.

A todos os que, de alguma forma, colaboraram no desempenho que tive à frente do IBRAM os meus melhores agradecimentos e a certeza de que nosso relacionamento, que em muitos casos se transformou em amizade sincera, não se encerra aqui.

Brasília, 19 de janeiro de 2012

Paulo Camillo Vargas Penna

Anuário ANEPAC



**Não perca a oportunidade de colocar
sua Empresa na maior Vitrine
do Mercado de Agregados.**

Tiragem 10.000 mil exemplares
Distribuição Nacional

ANEPAC: Rua Itapeva, 378 - Cj. 131
01332-000 - Cerqueira César - São Paulo - SP

Idianara Lira
(11) - 3171-0159
anepac@anepac.com.br
idianara@anepac.org.br

Carla Kós Duboc
carlakosduboc@gmail.com

SETOR DE AGREGADOS NO REINO UNIDO BRIGA PARA REPOR RESERVAS

A indústria de agregados britânica não consegue novas reservas para repor a quantidade que vem extraindo, isso apesar de o mercado manter-se em níveis historicamente baixos em 2011. A consultoria de marketing BDS Marketing Research Ltd. estima que no ano passado mineradores de areia e cascalho conseguiram concessões que repuseram somente 70% do produzido durante o ano. A situação é um pouco melhor para os mineradores de pedra para brita. Duas grandes licenças, uma no East Midlands e outra na Escócia, permitiram que produtores repusessem mais do que extraíram. Contudo, estas permissões escondem uma situação em deterioração. Se estas forem excluídas, empresas produtoras de pedra britada repuseram menos que 40% do extraído no ano passado.

Para a indústria como um todo, BDS identificou só quatro permissões concedidas durante

2011 para propostas que envolveram mais de 10 milhões de toneladas em reservas. Para os últimos 15 anos, BDS acredita que somente em 2006 o setor de agregados teve atendidos pedidos que repuseram mais reservas do que o extraído durante o ano. Em um outro ano, novas permissões dadas equivaleram à produção extraída. Nos demais 13 anos, a consultoria estima que reservas concedidas não conseguiram igualar à produção. Uma análise das concessões para o último ano mostra significativas diferenças entre regiões. Os Midlands e a Escócia repuseram suas reservas em relação à produção durante 2011. Para outras regiões a situação é sombria. No Sul e Norte da Inglaterra e no País de Gales, reservas concedidas representam somente quatro meses de produção, mesmo nos níveis deprimidos de 2011.

Esta análise foi preparada pela BDS Marketing Research

Ltd. que monitora pedidos e concessões em áreas reservadas em planos para novas reservas deste que a consultoria iniciou seus trabalhos em 1989. Relatórios mensais da BDS listam pedidos e concessões para todos os minerais, incluindo agregados, carvão e outros minerais, além de usinas de asfalto. Os relatórios estão à disposição mediante assinaturas anuais. A empresa também mantém um banco de dados de todas as cavas e pedreiras, banco que inclui também detalhes das decisões dos planejadores, junto com estimativas de vendas e reservas para cada cava e pedreira no país. BDS publica relatórios sobre indústrias de agregados, asfalto, concreto, produtos de cimento, cimento e resíduos. A consultoria também realiza mais de 50 pesquisas por ano e tem sido contratada por empresas para desenvolvimento de novos produtos, avaliação de mercado, pesquisa de consumidores e avaliação de aquisições.

NSSGA APLAUDE CONGRESSO AMERICANO POR PROJETO DE LEI

A National Stone, Sand & Gravel Association (NSSGA) aplaudiu a decisão do Congresso Americano de discutir a Lei dos Empregos na Energia e Infraestrutura, lei que vai permitir investimentos por muitos anos no transporte de superfície ao manter os níveis atuais dos fundos de investimentos, permitindo que os departamentos estaduais de transportes mantenham uma visão de longo prazo necessária à execução de seus projetos prioritários, dando a segurança que é essencial às decisões de alocação de investimentos e colocando os setores de agregados e da construção na rota do pleno emprego.

O projeto de lei foi bancado pelo Comitê de Transporte e Infraestrutura e introduzido na Câmara dos Representantes em 31 de janeiro. A NSSGA disse que o

projeto atende à maioria das dúvidas de seus membros, aos administradores regionais e estaduais, ao setor de transportes e ao setor privado que necessita da rede nacional de transporte de superfície para entregar produtos e serviços por todo o país. "A reautorização dada pela Lei de transporte de superfície é a 'Lei do Emprego' pela qual o Congresso procurava", disse o presidente do Conselho de Diretores da NSSGA David Thomey. "A aprovação de lei multianual que mantém o nível dos fundos é essencial para uma recuperação econômica contínua, criação de empregos, maior segurança, ar mais limpo e preservação do direito de mobilidade que todos os Americanos dão grande valor. O momento para o Congresso é agora!"

Joy Wilson, presidente da NSSGA disse que a entidade há

muito luta pela aprovação de uma lei multianual e com fundos suficientes para o transporte de superfície. "Os presidentes Reagan e Clinton sempre reconheceram a importância dos investimentos em rodovias para a economia durante suas presidências independentemente de suas visões políticas", disse Wilson. "Ambos acreditavam que este investimento era crítico para o futuro da América. No momento em que cortes no dispêndio federal são o foco de quase todas as batalhas no Congresso, exigimos que ele busque acordo bipartidário para recuperar nossas estradas, base sobre a qual outras infraestruturas dependem."

NSSGA vai continuar a pressionar o Congresso para passar o projeto antes do fim da extensão atual que termina em 31 de março.

FPAM RETOMA TRABALHOS E RECEBE SUBSECRETÁRIO DA MINERAÇÃO



A Frente Parlamentar de Apoio à Mineração (FPAM) comemora mais uma importante vitória na luta pelo fortalecimento do setor. Sob a presidência de João Caramaz (PSDB), a FPAM recebeu, dia 1º de março último, em sua primeira reunião do ano, o subsecretário da Mineração, José Fernando Bruno. Recepcionado com entusiasmo pelos membros da frente, Bruno foi nomeado dia 29 de fevereiro último, e assume agora a responsabilidade de coordenar as ações do órgão pleiteado há anos pela FPAM.

Ficamos imensamente felizes com a criação da Subsecretaria e com a indicação de Bruno, um grande profissional", afirmou Caramaz, que se colocou à disposição do subsecretário para apoiá-lo nos trabalhos em favor do desenvolvimento sustentável do setor.

Segundo o deputado, a Subsecretaria da Mi-

neração, criada em outubro passado, pelo governador Geraldo Alckmin, no âmbito da Secretaria de Energia, é essencial para que o Estado possa desenvolver um trabalho de planejamento, coordenação e implantação de ações que garantam o suprimento dos recursos minerais produzidos em São Paulo e que são essenciais para o dia a dia.

"A missão está comigo, mas vamos precisar de todos", afirmou Bruno, que destacou o programa de atuação da Subsecretaria.





RIO GRANDE

CONSULTORIA E SERVIÇOS DE MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE

WWW.RIOGRANDEMINAS.COM.BR



- PROJETOS DE MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE

- Pesquisa Mineral
- Lavra e Beneficiamento
- Licenciamento Ambiental

- AVALIAÇÃO DE MINÉRIOS E JAZIDAS PARA NEGOCIAÇÃO

- ASSESSORIA JURÍDICA DE MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE

CURSO DE BLASTER - 18/05 - Ribeirão Preto / SP

CURSO DE INTRODUÇÃO A MINERAÇÃO PARA INVESTIDORES - 27/04 - São Paulo / SP

NOVIDADE!
ATENDIMENTO POR VIDEO CONFERÊNCIA

Venda de Sismógrafos e Serviços de Monitoramento de Vibração. Distribuidor autorizado em todo o Brasil: **White Industrial Seismology, Inc.** (Consultoria in Blast Vibration Effects)

Rua Dr. Gustavo Armbrust, 252 sl.01 | **Ribeirão Preto - SP** | CEP:14091-360
Avenida do Contorno, 5351 - Sala 403 | **Belo Horizonte - MG** | CEP:30110-100
Avenida Arouca, 660 - Salas 512/514 | **Passos - MG** | CEP:37900-152 | (35) 3521 - 9106

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE GESTÃO DA ENERGIA NA INDÚSTRIA DE MINERAÇÃO

O ENERMIN 2012 – 2º Seminário Internacional de Gestão da Energia na Indústria de Mineração – será realizado de 10 a 12 de setembro de 2012, no Fiesta Bahia Hotel, em Salvador, Bahia. Pela primeira vez, a mineração internacional se reunirá no Brasil para discutir amplamente a questão energética, condicionante para sua expansão mundial. Saiba mais sobre o evento, acessando <http://www.enermin2012.com>.

DIRETRIZES PARA UMA MINERAÇÃO RESPONSÁVEL

O Conselho Mundial dos Negócios para Desenvolvimento Sustentável (WBCSD) apresentou as "Diretrizes para Reabilitação de Cavas e Pedreiras (Guidelines on Quarrying Rehabilitation)" que dá diretrizes práticas para gerenciar os impactos nas atividades de extração de agregados e minerais e assegurar que o meio ambiente seja adequadamente revitalizado. Liderada pela Iniciativa de Sustentabilidade do Cimento (CSI), o projeto foi executado por um grupo de empresas associadas e é baseado em métodos que elas mesmas empregam com sucesso. Philippe Fonta, diretor-gerente da WBCSD-CSI afirmou: "Ao reconhecer sua responsabilidade na reabilitação efetiva de pedreiras, nossos membros querem repartir sua experiência prática e conhecimento para ajudar outras empresas envolvidas em atividades de reabilitações similares. Em 2005, todos os membros da CSI se comprometeram a prepa-

rar seus planos de recuperação de áreas e torná-los públicos antes de operarem novas áreas de cimento."

As Diretrizes refletem os princípios de recuperação de cavas e pedreiras estabelecidas em consenso entre os membros da CSI e esboça as condições e marcos para o desenvolvimento de planos de recuperação. Isso inclui definir contexto e avaliar condições básicas; fixar objetivos técnica e financeiramente sustentáveis; planejar finança; desenvolver e implantar planos; e monitorar, ajustar e gerenciar uso de solo após o fim da atividade. Esse tipo de planejamento constitui uma abordagem pró-ativa de operação e recuperação de cavas e pedreiras, aplicável tanto para extrações novas ou existentes. Assim, conformidade com as normas legais deve sempre ser considerada requisito mínimo e produtores devem deixar as áreas em condições seguras e estáveis.

As Diretrizes apresentam 30 estudos de caso operacionais, cobrindo uma vasta gama de tipos de lavra e habitats no mundo todo. Também analisa como intervenientes legais, ambientais e externos podem ser trazidos para a tarefa e dessa forma contribuir para o desenvolvimento e execução bem sucedidos do plano de recuperação. Comunicação contínua e diálogo aberto com intervenientes têm um papel vital para atingir resultado mutuamente benéfico para ambos, intervenientes e operadores. CSI solicitou, discutiu e considerou manifestações de um grande número de revisores externos durante o processo de redação.

"Nós acreditamos que os benefícios para o meio ambiente natural e comunidade local da recuperação progressiva e pragmática de pedreiras superam os custos de recuperação para as empresas produtoras de cimento", afirmou Fonta.

VENDAS DE AGREGADOS NA ÁSIA DEVEM CRESCER MAIS

O mercado mundial de agregados para construção pode crescer à razão de 5,2% por ano até 2015, atingindo 48,3 milhões de toneladas, um crescimento menor que o observado no período 2005-2010, refletindo a atividade menor nas construções não-prediais que usam muito agregado. Apesar disso, a demanda por agregados terá crescimento sólido de 2010 a 2015. A região da Ásia e do Pacífico vai registrar o maior crescimento em vendas, pois a atividade de construção vai crescer rapidamente,

principalmente, na China e na Índia. Somente a China vai representar a metade da demanda mundial por novos agregados durante o período. É o que indica o novo estudo tornado público pela The Freedonia Group Inc. Europa Oriental, África e Oriente Médio são regiões nas quais se espera crescimento significativo no consumo de agregados, estimulado pelos projetos de infraestrutura e crescimento forte na atividade econômica geral. Embora o mercado na América do Sul e Central deva apresentar um cresci-

mento em ritmo menor, os produtores de agregados podem se beneficiar de gastos regionais com construções. Expansão em demanda em regiões desenvolvidas do mundo (EUA, Canadá, Japão, Coreia do Sul, Austrália e Europa Ocidental) não será forte, devido principalmente à infraestruturas bem desenvolvidas e métodos de construções usados que tendem a exigir menos concreto.

Demandas por brita, areia e cascalho terão mais ou menos a mesma taxa. Como em 2010, areia continuará a manter a maior porção nas vendas globais, seguida muito próxima por brita, e depois cascalho. Devido às maiores restrições ao uso do solo e das regras ambientais, assim como exaustão das reservas de agregados naturais, vendas de reciclados e outros tipos de agregados vai subir a taxas acima da média. Embora, apesar do crescimento previsto de 7,1% ao ano, estes produtos substitutos continuarão a ter um papel menor no mercado devido à restrições de qualidade e limitações na disponibilidade de materiais utilizáveis.

DEMANDA MUNDIAL POR AGREGADOS P/CONSTRUÇÃO (milhões de toneladas)					
Item	2005	2010	2015	Crescimento(%)	
				2005-2010	2010-2015
Demanda por agregados	27300	37400	48300	6.5	5.2
América do Norte	3280	3010	3710	-1.7	4.3
Europa Ocidental	2920	2630	3050	-2.1	3.0
Ásia/Pacífico	16000	24750	32600	9.1	5.7
Outros	5100	7010	8940	6.6	5.5

CONFIABILIDADE, DURABILIDADE E PRODUTIVIDADE COMPROVADAS

KY@integrada.com

Com tecnologia que atende às expectativas nas aplicações mais exigentes, a carregadeira de rodas **966H** oferece desempenho e confiabilidade máxima, até mesmo nas condições mais rigorosas de operação, sem comprometer a economia de combustível, além de proporcionar ao operador, conforto em sua cabine.

Toda a eficiência de um equipamento Caterpillar com o Suporte ao Produto que somente os revendedores autorizados podem oferecer.



- ▶ **SUORTE EM TODO BRASIL**
- ▶ **QUALIDADE COMPROVADA PELO MERCADO**

©2008 Caterpillar. Todos os direitos reservados. CAT, CATERPILLAR, seus respectivos logotipos, "Amarelo Caterpillar" e o conjunto-imagem POWER EDGE™, assim como a identidade corporativa e de produto aqui usada, são marcas registradas da Caterpillar e não podem ser utilizadas sem permissão.

Marcosa 

Av. Visconde do Rio Branco, 6000
60850-012 | Fortaleza-CE
Fone: 0800 084 8585
www.marcosa.com.br

PESA 

BR 116, nº 11.807, Km 100
81690-200 | Curitiba-PR
Fone: 41 2103.2211
www.pesa.com.br

Sotreq 

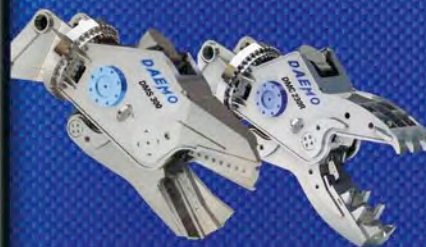
Rod. Anhanguera, Km 111,5
13178-447 | Sumaré-SP
Fone: 0800 022 0080
www.sotreq.com.br

UM COMPLEMENTO DE PESO PARA AS MÁQUINAS MAIS PESADAS.

BMC
brasil máquinas



Peso Operacional: 333 a 2.937kg
Comp. Total: 1603 a 3200mm
Diam. Ext. Cinzel: 70 a 155
Pressão de Ajuste: 170 a 210kgf/cm²



Peso Operacional: 2.870 a 3.400kg
Abertura Máxima: 570 a 806mm
Comp. Total: 2.140 a 2.690mm
Força de Corte: 256 a 282ton
Pressão de Trab.: 320kgf/cm²

DISTRIBUIDORES

CHB COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA / MG
www.chbequipamentos.com.br
Tel.: 31 3395-0666 / 11 2909-1757

DELTA MÁQUINAS/ PA / AP / RR / AM / MA
www.deltamaq.com.br
Tel.: 91 3344-5000

GLOBALMAQ / PA / MA / AP / AM / RR
www.globalmaq.net
Tel.: 48 4009-7000

FCK MÁQUINAS / SP
www.fckmaquinas.com.br
Tel.: 11 4134-6886

KUNZLER MÁQUINAS LTDA / RS
www.kunzlermaquinas.com.br
Tel.: 51 3061-4488

KUNZLER EQUIPAMENTOS / SC
www.kunzlermaquinas.com.br
Tel.: 48 3257-8855

RIO MÁQUINAS / RJ
www.rio.maquinas.com
Tel.: 21 2421-1452

MARCONI / AC / MT / RO
www.marconitratores.com.br
Tel.: 65 3665-1333

GLOBAL / ES / BA
www.globalequipamentos.com
Tel.: 27 3533-1700 / 71 3301-4000

GLOBAL NORDESTE AL / SE / PE / PB / PI / RN / CE
www.globalequipamentos.com
Tel.: 81 8206-4545

GUEDES EQUIPAMENTOS / PR
www.guedesequipamentos.com.br
Tel.: 41 3285-2020

SERPENA / MS
www.serpema.com.br
Tel.: 67 3399-6000

TESCO / TO / GO / DF
www.tescoequipamentos.com.br
Tel.: 62 3231-5800

DISTRIBUIDOR MASTER

BMC BRASIL MÁQUINAS
www.brasilmaquinas.com
Tel.: 11 3036.4000

Para saber mais acesse: www.brasilmaquinas.com

DAEMO